



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2007

Rio de Janeiro, agosto de 2007

Apresentação

Este relatório apresenta as principais atividades da AS-PTA em 2007. Encerrando o Plano Trienal vigente, 2007 foi também um período de mobilização da entidade para o balanço dos três últimos anos e para a formulação do próximo Plano Trienal 2008-10.

Os relatórios parciais por programa, que subsidiaram a elaboração deste documento, encontram-se à disposição de todos os interessados.

SUMÁRIO

I. Introdução	4
II. Programas de Desenvolvimento Local.....	6
II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba	6
II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina.....	16
III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro.....	22
IV. Programas Transversais.....	28
IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico.....	28
IV.2. Programa de Políticas Públicas	34
V. Centro de Informação	39
Anexo - Registros fotográficos	Erro! Indicador não definido.

I. Introdução

1. Encerrando mais um Plano Trienal da AS-PTA, o ano de 2007 deve ser compreendido como um referencial de avaliação da ação institucional frente aos seus objetivos estratégicos. Considerados os últimos três anos de atividades, a AS-PTA alcançou avanços importantes no cumprimento dos objetivos planejados para o período. Ao mesmo tempo, a atuação institucional se efetivou em um contexto marcado por condições particularmente adversas no que se refere às disponibilidades orçamentárias e sua incidência sobre a capacidade operacional do conjunto da entidade. As perspectivas abertas para o futuro apontam para a consolidação de um novo quadro para o financiamento das ONGs. Por um lado, aprofunda-se a tendência de redução dos recursos provenientes da cooperação internacional alocados ao Brasil, tendência agravada pela crescente valorização cambial da moeda brasileira. Por outro lado, a persistência das dificuldades de caráter legal e administrativo relacionadas ao repasse e uso de recursos governamentais coloca para as ONGs a necessidade de rever suas estratégias de financiamento e de se reposicionar frente aos parceiros internacionais e frente ao marco legal que rege, no Brasil, as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

2. Em que pesem as condições e os ritmos distintos de evolução dos programas locais do Paraná e da Paraíba, a evolução de ambos os programas produziu referências potencialmente generalizáveis ao movimento agroecológico brasileiro. O primeiro campo de acumulação se fez em torno do debate sobre o papel das organizações da agricultura familiar na promoção da agroecologia e do desenvolvimento local. A AS-PTA tem postulado como princípio estratégico que o enfrentamento do modelo dominante de desenvolvimento e a construção das alternativas para a agricultura familiar dependem essencialmente dos papéis que vierem a assumir as próprias organizações dos produtores em todas as escalas e formas de atuação. No caso do Programa Paraíba, verifica-se um aumento da escala social e geográfica da abrangência das ações como resultado direto da participação ativa das organizações dos agricultores articuladas pelo Pólo da Borborema. No caso do Paraná, o fortalecimento de parceiras mais vinculadas às bases comunitárias se apresentou como uma medida estratégica necessária para apoiar a reconstituição de redes de organizações locais capazes de assumir progressivamente a sustentação sócio-política dos processos de inovação agroecológica em nível regional.

O segundo campo de acumulação está relacionado à abordagem conceitual e metodológica para analisar as estratégias econômicas da agricultura familiar e orientar tecnicamente a transição agroecológica. Essa abordagem analítica foi desenvolvida e exercitada pela AS-PTA em seus programas locais visando estabelecer comparações entre os caminhos da agroecologia e do agronegócio para a viabilização econômica da agricultura familiar. Por essa via, permitiu politizar as experiências dos agricultores desenvolvidas nos programas locais, situando-as no debate sobre modelo de desenvolvimento. A análise comparativa das estratégias econômicas das famílias tem permitido dar materialidade a esse debate ao sistematizar da realidade imediata as evidências da superioridade do

caminho da agroecologia como via para a sustentabilidade socioambiental e econômica dos sistemas produtivos.

Simultaneamente, as análises das diferentes estratégias econômicas de famílias que optaram pelo caminho da agroecologia permitiram requalificar o debate sobre relações com os mercados, sobretudo ao evidenciar que as estratégias mais sustentáveis passam necessariamente pela diversidade produtiva. Os programas locais exercitaram essas estratégias ao assessorarem as organizações dos agricultores parceiras tanto na constituição de novos circuitos mercantis como na otimização dos circuitos já existentes como canais para o escoamento da diversidade produtiva.

3. O Projeto de Agricultura Urbana consolidou nos últimos três anos sua estratégia de regionalização na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Concebido como uma iniciativa geradora de propostas potencialmente replicáveis a outros contextos urbanos, o projeto avançou no período no campo da sistematização e divulgação dos conceitos e do enfoque metodológico para o aproveitamento de espaços urbanos na produção alimentar por parte de famílias de baixa renda que vivem nas periferias das grandes metrópoles.

Fortaleceu-se no período a parceria com a Pastoral da Criança que evoluiu para o apoio à constituição de uma ação complementar da Pastoral em nível nacional intitulada “hortas caseiras”. Simultaneamente o projeto ampliou suas parcerias no nível estadual, desempenhando um papel ativo na constituição da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro que congrega movimentos sociais, ONGs, grupos locais e universidades implicados no desenvolvimento da agricultura nos meios rural e urbano do estado.

4. Durante todo o período, a AS-PTA permaneceu ativa em diferentes espaços de debate sobre políticas públicas. Destacam-se, desse ponto de vista, as iniciativas em torno da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, em particular no acompanhamento e mobilização política em torno aos trâmites da legislação sobre biossegurança e ao debate em torno à liberação de variedades de milho transgênico para produção e comercialização.

A AS-PTA esteve também presente na formulação e negociação do Programa Nacional de Agrobiodiversidade, uma proposta concebida no âmbito da ANA e negociada com distintos ministérios do governo federal destinada a fortalecer, articular e multiplicar iniciativas locais de manejo de recursos da biodiversidade, notadamente as sementes crioulas.

5. A AS-PTA continuou promovendo ativamente sua abordagem metodológica para construção do conhecimento agroecológico, através da sistematização de suas experiências e da produção de materiais de divulgação impressos e audiovisuais. A abordagem metodológica para a promoção da igualdade de gênero foi apontada na agenda do trienal como um tema de acumulação coletiva. O tratamento desse tema foi realizado de forma mais sistemática junto ao Programa Paraíba por meio de um conjunto de sistematizações de casos significativos que associam mudanças nas relações de gênero aos processos de transição agroecológica. Essas sistematizações foram analisadas coletivamente

em um seminário que reuniu lideranças (mulheres e homens) do Pólo ao final de 2007.

5. No período, a AS-PTA esteve presente também no apoio à construção da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), um espaço da sociedade civil destinado a articular o campo acadêmico atuante sob a perspectiva agroecológica. A constituição da ABA abre uma possibilidade inédita para que pesquisadores, extensionistas e professores polarizem o debate sobre construção do conhecimento agroecológico a partir das instituições acadêmicas em que estão inseridos profissionalmente, ao mesmo tempo em que se vinculem de forma orgânica e autônoma ao campo agroecológico articulado pela ANA.

6. Inscrita como um dos objetivos principais da AS-PTA, a consolidação da Articulação Nacional de Agroecologia manteve-se no período como uma das preocupações centrais da entidade. A contribuição principal que a AS-PTA aportou à ANA e à realização do II Encontro Nacional de Agroecologia (Recife, maio de 2006) situa-se no campo das concepções e métodos de construção do movimento agroecológico. A idéia central subjacente à concepção defendida pela entidade na ANA é que a constituição desse movimento deve ser orientada “de baixo para cima”, a partir das iniciativas concretas de promoção da agroecologia nos diferentes biomas do país. Nessa direção, a AS-PTA atuou sistematicamente no apoio a processos de capacitação no campo da sistematização de experiências de agricultores; na concepção e produção de materiais de comunicação voltados para a divulgação de experiências (vídeos, cartilhas, livros, revista *Agriculturas*, Banco de Dados Agroecologia em Rede); no apoio à configuração organizativa e política da ANA e de vários de seus grupos de trabalho. A AS-PTA exerceu também o papel ativo na organização do debate e na negociação de alternativas sobre as orientações do marco legal que regulamenta a celebração e execução de convênios entre o governo federal e organizações da sociedade civil.

7. Finalmente, desde o início de 2007 a AS-PTA empenhou-se na avaliação das atividades dos últimos três anos e na formulação do Plano Trienal para o período 2008-2010. Foram realizadas no processo reuniões de avaliação e planejamento com as equipes locais, com os parceiros e, finalmente, uma reunião nacional de síntese, na qual foram atualizadas as estratégias institucionais e definidas as linhas de ação para o novo período.

II. Programas de Desenvolvimento Local

II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba

As restrições orçamentárias vivenciadas pela AS-PTA em 2007 intervieram direta e negativamente sobre o desempenho do Programa Local do Agreste da Paraíba, sobretudo naquilo que se refere às perspectivas de aumento da escala social e geográfica do alcance de suas atividades. A redução do ritmo e da amplitude das atividades de formação, principalmente os intercâmbios entre agricultores-experimentadores, se apresentou como a manifestação mais evidente dos

impactos gerados pela crise financeira. Sendo o programa de formação o principal motivador das redes de agricultores-experimentadores, a redução de sua intensidade significou igualmente uma queda na capacidade das organizações vinculadas ao Pólo Sindical da Borborema de atuarem como agentes de irradiação e capilarização das dinâmicas de inovação agroecológica nas comunidades rurais dos seus respectivos municípios.

As crescentes dificuldades de emprego de recursos públicos mobilizados e a interrupção não-prevista do fluxo de recursos de programas governamentais, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), foram fatores determinantes para o agravamento das restrições financeiras do programa local no ano. O enrijecimento das normas de regulação dos convênios públicos, verificado a partir de 2006, acabou por imobilizar importantes recursos na conta da entidade, recursos estes fundamentais para a manutenção de parte importante das atividades de formação. A interrupção do fluxo dos recursos do P1MC deveu-se igualmente a dificuldades de ordem burocrático-legal no aparelho do Estado. Além de prover recursos para a construção física das cisternas, o P1MC aloca fundos para a cobertura de despesas administrativas e de pessoal da AS-PTA e do Pólo.

A despeito dessa limitação de ordem material, o Pólo logrou manter ativa a articulação regional das organizações que o compõem e a maioria dos STRs deu seguimento às atividades de formação em seus municípios, para tanto empregando recursos próprios. Além disso, algumas atividades de âmbito regional foram realizadas graças ao compartilhamento dos custos pelos sindicatos nelas interessados. Considerando-se o fato de que o Pólo possui atualmente uma estrutura complexa, com várias comissões temáticas e equipes administrativas e técnica próprias, esses fatos são indicativos da construção de níveis crescentes de sustentabilidade sócio-política e financeira do processo de desenvolvimento local na medida em que a conjuntura de crise não significou paralisia das ações junto às bases sociais. Em particular, cabe destacar a apropriação dos fundamentos do método em redes de agricultores-experimentadores por parte das organizações que integram o Pólo. Essa apropriação tem sido essencial para que o impulso às dinâmicas de inovação agroecológica seja mantido, mesmo que a um ritmo inferior, a partir da mobilização e compartilhamento de recursos locais.

A crescente descentralização das ações nos municípios, a partir da ação autônoma dos STRs é uma das evidências mais significativas do incremento de sustentabilidade socio-política. Uma nova perspectiva da presença sindical em torno às questões relacionadas ao desenvolvimento vem sendo desenvolvida já que as atividades de formação e experimentação agroecológica dos STRs vêm sendo assumidas por lideranças e agricultoras e agricultores experimentadores que se articulam às comissões temáticas do Pólo para planejar seus planos de ação nos respectivos municípios. Também ao nível comunitário verifica-se o fortalecimento de formas organizativas a partir da revitalização das práticas de mutirão, dos fundos rotativos solidários e dos bancos de sementes comunitários. Esses espaços têm jogado um papel importante na articulação das dinâmicas de inovação com vistas à impulsionar processos de transição agroecológica.

Um aspecto positivo da conjuntura foi a ocorrência de um ano chuvoso regular que proporcionou bons resultados tanto nos roçados quanto na produção forrageira. Verificou-se com isso a recomposição dos estoques de sementes, forragem, e água para consumo humano nas propriedades e comunidades rurais da região. Os oitenta e dois bancos de sementes geridos por organizações comunitárias do Pólo tiveram seus estoques restituídos com variedades locais a partir da devolução de sócios que, no total, somam 3000 famílias. Esse fato é também merecedor de destaque já que revela que o mecanismo de gestão dos bancos, baseado em regras localmente definidas para a devolução individual aos estoques coletivos, mantém-se ativo a despeito do aporte importante de sementes aos bancos por parte de programas governamentais. Além do reabastecimento dos estoques comunitários, as boas produções proporcionaram também a restituição de sementes e alimentos (sobretudo feijão e farinha) às reservas familiares.

A boa produtividade de plantas forrageiras propiciou um aumento significativo dos estoques de alimentação animal, principalmente por intermédio da prática da ensilagem. Aproveitando-se da conjuntura climática favorável, foi possível irradiar essa prática para muitas comunidades que até então não vinham se beneficiando dessa inovação. Em relação ao ano anterior, verificou-se um incremento de 56% do volume forrageiro estocado (520 para 927 toneladas) e de 71% do número de famílias beneficiadas (de 89 para 124 famílias de 48 comunidades presentes em oito municípios). Essa expansão poderia ter sido maior não fosse a insuficiência de infra-estruturas para processamento das forragens visando a produção da ensilagem. As três máquinas forrageiras de propriedade da AS-PTA não têm sido suficientes para atender à crescente demanda por esse tipo de equipamento por parte dos grupos de agricultores-experimentadores que se irradiam por todo o território de atuação do Pólo. Por conta desse déficit de infra-estrutura, estima-se que 700 toneladas de forragem deixaram de ser armazenadas. Também nessa questão, as dificuldades relacionadas à gestão de programas públicos evidenciam-se: desde 2005 tem-se a expectativa de aquisição de 11 máquinas forrageiras com recursos do programa de desenvolvimento territorial vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o objetivo de descentralizar o serviço nos municípios da região, o Pólo defendeu e aprovou a proposta de aquisição desses equipamentos no conselho de desenvolvimento territorial da Borborema, mas um conjunto de obstáculos formais relacionados ao processo licitatório vem impedindo que a compra seja efetivada pelo governo do estado da Paraíba, o responsável legal do projeto perante o MDA.

Apesar da regularidade pluviométrica, as chuvas ocorridas no ano foram de baixa intensidade, portanto pouco propícias para que as reservas hídricas nos barreiros e açudes fossem plenamente recompostas. Por outro lado, foram mais do que suficientes para a recomposição dos estoques de água para consumo humano nas cisternas de placa. No ano foram construídas mais 462 unidades de uso familiar, elevando para 4300 as cisternas construídas pelo Pólo desde 1996, quando se iniciou o programa. Esse número poderia ter sido facilmente superado não fosse a já referida interrupção no fluxo de recursos do P1MC. O programa operou apenas três meses do ano (junho a agosto), limitando a expansão dos seus benefícios para um número maior de famílias e comunidades rurais.

A intensificação dos mutirões comunitários foi particularmente relevante para a melhoria das infra-estruturas de armazenamento de água nas propriedades e comunidades. Além da construção de cisternas, verificaram-se variadas iniciativas voltadas à ampliação de tanque de pedra (uma unidade ampliada beneficiando 20 famílias), à construção e reforma de barreiros, de açudes e de poços artesianos, à construção de barragens subterrâneas (4 unidades) e à instalação de bombas populares (três unidades beneficiando 200 famílias). O processo de formação associado à implementação dessas infra-estruturas vem proporcionando a melhoria na gestão da água nas propriedades para o atendimento de vários consumos de água nas propriedades.

Um conjunto de ações de formação e experimentação foi desenvolvido em torno ao tema do manejo agroecológico dos roçados envolvendo cerca de 500 agricultores(as) experimentadores(as) de 14 municípios. Por intermédio da rede de experimentação nesse campo foram produzidos 1.200 litros de biofertilizantes, 10 toneladas de composto orgânico enriquecido, 500 litros de extratos vegetais, 500 litros de manipueira. Além disso, foram distribuídas cerca de 30.000 mudas de 25 espécies de árvores nativa e exótica para aproximadamente 1.000 famílias, elevando o número de mudas distribuídas pela AS-PTA desde 1999 para 250.000. No município de Massaranduba, foram implantadas dez áreas de experimentação do “semeio”, modalidade de sistema agroflorestal típica da região.

As ações relacionadas ao eixo temático “Saúde e Alimentação” articularam mais de 30 famílias agricultoras no beneficiamento de cerca de 10 espécies de frutas nativas e cultivadas e mobilizaram 10 grupos de abrangência comunitária e municipal para a produção de multimistura (mais de 300 Kg produzidos, beneficiando cerca de 1.300 crianças e gestantes). Além disso, foram implantados quatro novos FRS orientados para a melhoria de quintais, beneficiando 48 famílias de sete municípios.

Além da já citada produção de ensilagem para armazenamento de forragens, as ações do programa no campo da criação animal orientaram-se também para a distribuição de sementes e mudas de plantas forrageiras (696 famílias de 08 municípios beneficiadas) e a realização de campanhas de vacinação contra febre aftosa, raiva e peste da manqueira e vermifugação (beneficiando 609 famílias de 6 municípios).

As atividades no campo do fomento à apicultura e à meliponicultura envolvem 100 famílias possuidoras de 500 colméias. Três fundos rotativos foram mantidos no ano com o propósito de financiar infra-estruturas para a criação de abelhas nativas/sem ferrão e abelha africanizada/com ferrão nos municípios de Solânea, Massaranduba e Queimadas. Esses fundos beneficiaram 25 famílias que produziram 100 litros de mel de abelha africanizada e 15 litros de mel de abelha nativa.

No tema do acesso aos mercados, três frentes estratégicas principais foram continuadas: o incentivo à comercialização via feiras agroecológicas, o acesso aos mercados institucionais e o incentivo à produção e venda de algodão orgânico em mercados específicos.

Ao final de 2007, cerca de 210 famílias vinham produzindo e comercializando, direta ou indiretamente, nas feiras agroecológicas existentes na região. As sete feiras que já estavam criadas até dezembro de 2006 foram continuadas (duas em Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca, Remígio, Esperança e Solânea) e uma nova feira foi estabelecida no município de Alagoa Nova. O volume de alimentos comercializado no conjunto de feiras ampliou-se de 531 toneladas em 2006 para 630 toneladas em 2007.

O Pólo Sindical deu continuidade à experiência de fundo rotativo para a aquisição de barracas para venda de produtos agroecológicos nas feiras. Dez barracas foram adquiridas durante o ano por meio desse mecanismo.

No campo dos mercados institucionais, foi dada continuidade às ações que vinham sendo efetivadas desde o ano anterior relacionadas à gestão de projetos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As aquisições de ingredientes para a elaboração da multimistura somaram o montante de dez mil reais e o produto foi distribuído na região em benefício de 2.400 pessoas. As aquisições de sementes totalizaram o valor de vinte e seis mil reais e beneficiou 1500 famílias como receptoras. As compras locais para a merenda escolar atingiram o valor de R\$ 31 mil, beneficiando 1.239 crianças de 11 escolas e 2 creches com o fornecimento de 32 itens alimentares produzidos pela agricultura familiar da região. Uma novidade no ano foi a iniciativa articulada no município de Remígio junto à prefeitura para a comercialização de alimentos de produtores agroecológicos nas creches públicas do município, abrindo uma nova frente local de escoamento da produção.

Por encomenda do Programa Mundial de Alimentação (órgão ligado à FAO) à Conab, a AS-PTA realizou um estudo de caso na região do Pólo sobre o funcionamento e os aprendizados do PAA na região. Juntamente com outra região no Sul do Brasil (região de Pelotas-RS), a experiência em desenvolvimento no agreste da Paraíba impulsionada a partir das iniciativas do Pólo foi selecionada para o referido estudo devido aos seus impactos significativos e o seu caráter inovador. Entre as conclusões do estudo, no que toca aos efeitos da implementação do PAA na região, destacam-se:

- Melhoria das capacidades de planejamento da produção dos agricultores e de seus grupos;
- Melhoria na qualidade dos produtos;
- Fortalecimento nas capacidades de associativismo das famílias para melhor acederem aos mercados;
- Estímulo à diversificação produtiva das unidades familiares envolvidas;
- Melhoria na geração de renda e na segurança alimentar das famílias envolvidas devido aos processos de diversificação produtiva;
- Estímulo à produção agroecológica;

- Aumento do acesso a alimentos por parte de grupos submetidos a altos níveis de insegurança alimentar e nutricional;
- O fortalecimento de relações entre produtores e consumidores;
- O fortalecimento de arranjos institucionais envolvendo organismos governamentais e organizações da sociedade civil (ONG, organizações da agricultura familiar, etc.).

Por meio de oficinas promovidas pela Conab na região, lideranças do Pólo foram capacitadas para aprimorar suas habilidades na gestão de projetos do PAA. Um técnico do Pólo foi selecionado pela Conab e participou de dois cursos de capacitação para elaboração de projetos e gestão do PAA, sendo um de abrangência nacional e outro estadual. A partir destes cursos este técnico vem atuando como assessor estadual e regional aos processos de elaboração de projetos e gestão do PAA. Em 2007, ele assessorou dois cursos de gestão de projetos do PAA para organizações do estado, além de assessorar o processo de implementação do PAA do Pólo, da cooperativa do Assentamento Oziel Pereira e os contratos das organizações que compõem a ASA Paraíba.

Na expansão do trabalho ligado à produção de algodão ecológico, houve um incremento do número de famílias que se inseriram na articulação regional voltada para o acesso a esse mercado específico. Ao final de 2007, o número de famílias produzindo algodão certificado pelo Instituto Biodinâmico já somava 52 e a produção do conjunto chegou à casa das 27 toneladas de algodão em rama.

A produção do algodão foi integralmente beneficiada em uma usina descaroçadeira no assentamento Margarida Maria Alves no município de Juarez Távora. Embora esse beneficiamento do algodão em rama (com caroço) em algodão em pluma não represente uma agregação de valor significativa ao produto, propicia que os agricultores tornem-se independentes com relação às sementes que serão empregadas em novos plantios além de assegurar a qualidade ecológica desse importante insumo produtivo. Além desse ganho, as sementes não utilizadas são valorizadas como ração ou vendidas como grãos para a fabricação de torta de algodão e óleo. As dez toneladas de grãos produzidas no ano poderiam ser convertidas em 1700 quilos de óleo e 8,3 toneladas de torta, material de alto valor nutritivo para os rebanhos. Para que esse beneficiamento seja efetivado na região seriam necessários investimentos em equipamentos (prensas para extração do óleo). Na ausência desses equipamentos, os grãos vêm sendo ofertados aos animais em estado bruto, o que não é a condição ideal devido à presença de uma substância tóxica, o gossipol, que é extraído juntamente com o óleo.

O algodão produzido foi comercializado para as empresas Copnatural, de Campina Grande, e a YD Confecções, de São Paulo. A certificação da qualidade ecológica proporcionou uma agregação de valor de 73% (R\$ 2,60/Kg do algodão convencional contra R\$ 4,50/Kg do algodão branco agroecológico).

Os altos custos da certificação por auditoria realizada pelo IBD permanece como um dos aspectos desafiantes à expansão da experiência na região. Até o

presente momento essa despesa vem sendo coberta pelas empresas compradoras do algodão como parte do acordo de parceria estabelecido. Mas esse tipo de acordo não assegura a sustentabilidade e a autonomia do empreendimento coletivo. Essa questão vem sendo estudada para que possíveis soluções sejam experimentadas no futuro.

Com base na expansão verificada em 2007 e as boas perspectivas climáticas para 2008, planeja-se uma ampliação significativa do número de produtores de algodão agroecológico, podendo mesmo dobrar o número de famílias. Além dessa ampliação do número de produtores, tem-se também a expectativa de irradiar essa iniciativa para além dos municípios de Solânea, Remígio e Casserengue, com o início da produção em comunidades de Areal e de Queimadas.

Durante o ano foram realizados esforços para o fortalecimento da articulação entre a AS-PTA, o Pólo, a ONG Arribaça e a Embrapa Algodão para a qualificação desse trabalho no campo da produção e acesso aos mercados do algodão agroecológico. As parcerias com as empresas também se fortaleceram, permitindo uma maior segurança por parte dos grupos de produtores. Além do fortalecimento das articulações inter-institucionais locais, grande investimento foi também despendido para o estreitamento de relações com outros grupos de produtores e instituições de assessoria que vêm trabalhando com a mesma temática no semi-árido paraibano e brasileiro. No estado da Paraíba, esse tema vem sendo polarizado pela rede estadual de sementes, em particular nas regiões do Cariri e do Médio Sertão.

Em outros estados abrangidos pelo semi-árido brasileiro foi constituída a Rede algodão Agroecológico do Semi-árido com o objetivo de criarem-se sinergias entre os grupos, proporcionando troca de conhecimentos sobre processos de produção e comercialização bem como articulações para o acesso aos mercados. Além desses temas diretamente relacionados às dimensões técnica e econômica da produção do algodão agroecológico, a rede tem também se dedicado a atuar no enfrentamento político às tentativas do governo federal de liberar a produção de variedades de algodão transgênico no semi-árido. A AS-PTA tem assumido um papel destacado nesse campo, subsidiando a rede com informações e produzindo documentos para serem assumidos coletivamente no âmbito da rede. Um desses documentos foi apresentado pela ASA-Brasil e pela Via Campesina em audiência pública realizada em Brasília para debater a questão.

Para dar continuidade, aumentar a escala social e geográfica das ações de acesso aos mercados nas três frentes principais pelas quais o tema vem sendo tratado na região, a AS-PTA encomendou um estudo sobre o funcionamento dos mercados regionais para os produtos da agricultura familiar. Os primeiros resultados sistematizados depois de concluída a fase de campo do estudo precisam e também trazem novas evidências sobre potencialidades a efetivar nos mercados regionais. Ao mesmo tempo, aportam indicações sobre restrições interpostas à intensificação das relações da agricultura familiar em diferentes espaços mercantis. Essas primeiras conclusões do estudo foram apresentadas e debatidas em um seminário que reuniu um grupo limitado de 30 lideranças do

Pólo envolvidas nas experiências de comercialização articuladas pela associação Ecoborborema. Dentre as questões que já emergem do estudo, destacamos:

- A análise dos fluxos agregados de oferta e demanda para o estado da Paraíba (e especificamente para o Agreste) mostra que o estado e a região são fortes importadores de produtos, sobretudo alimentares, tradicionalmente produzidos na região (hortaliças, frutas e tubérculos, dentre outros). Isso indica a existência de margens significativas para a intensificação produtiva de itens já presentes nos sistemas familiares, desde que se reúnam condições adequadas de acesso aos mercados;
- A carência de meios de transporte para os produtos da agricultura familiar avulta como um obstáculo crônico, notadamente no que tange à regularidade do abastecimento diversificado das feiras e entregas domiciliares e à venda direta (em feiras, Ceasa, etc.) de produtos pelas famílias, rompendo, em muitos casos, a dependência em relação a cadeias de intermediação;
- O fornecimento de alimentos para a merenda escolar constitui um amplo mercado potencial constituído, em 7 dos 16 municípios de abrangência do Pólo, por 233 escolas que fornecem pelo menos uma refeição diária a uma população de 30.500 alunos. O acesso direto das organizações da agricultura familiar a esse potente mercado é atualmente limitado por exigências legais e normativas vinculadas à legislação sobre licitações, que são objeto de negociação com esferas governamentais;
- Finalmente, em que pese exitosas iniciativas empreendidas regionalmente no âmbito do mercado constituído pelas compras governamentais via Conab, o estudo, em seu estágio atual de sistematização, já sinaliza para a existência de disfuncionalidades nas estratégias e mecanismos de gestão do processo pelas organizações dos agricultores. O foco do estudo incide principalmente sobre o caráter regionalmente centralizado (no Pólo) dos procedimentos de comercialização, apontando para a necessidade de descentralização das iniciativas, através da constituição de capacidades de operação pelas organizações de âmbito municipal e comunitário da agricultura familiar (associações, Eco-Borborema).

Durante o período foram retomados os processos de reflexão relacionados ao impacto das dinâmicas de inovação agroecológica sobre as relações sociais de gênero no âmbito dos núcleos familiares e nos espaços coletivos (comunidades, organizações, etc.). Para dar encaminhamento a essa retomada, a AS-PTA e a coordenação do Pólo realizaram um conjunto de estudos de caso para subsidiar os debates em um seminário específico orientado para elaborar uma estratégia voltada à qualificação das ações nesse campo. Os estudos demonstraram a existência de uma relação positiva entre os processos sociais conducentes à transição agroecológica e o empoderamento das mulheres nos diferentes espaços sociais.

No campo das relações entre gerações, destacam-se as ações da campanha de fortalecimento da vida na agricultura familiar. A campanha tem favorecido que as

crianças se apropriem de conteúdos relacionados aos seus meios vida, particularmente ao desenvolver um ponto de vista positivo no que toca à agricultura familiar e ao meio ambiente do semi-árido. Essas iniciativas vêm despertando os adolescentes a respeito da importância da organização comunitária e do conhecimento sobre a história das comunidades e da agricultura local. Também tem influenciado catequistas e professoras para que introduzam mudanças nos enfoques pedagógicos e nos conteúdos de seus trabalhos.

Outro campo de avanço que merece realce é o das estratégias de comunicação social. Como desdobramento de decisões realizadas juntamente com a coordenação do Pólo, verificou-se no ano a ampliação do número de programas de rádio valorizados por lideranças sindicais e agricultores experimentadores como meio de divulgação das experiências e eventos de promoção da agroecologia na região (nove programas de rádio semanais na região do Pólo).

No campo do acesso às políticas públicas destacam-se as seguintes ações:

- Fortalecimento dos bancos de sementes comunitários e dos bancos de grãos da Multimistura por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab (PAA). – No período foram acessados, 28.800 quilos de sementes e 7.890 kg de grãos e 33.383 kg de alimentos para merenda escolar, num processo coletivo de construção que envolveu as organizações da sociedade civil e governos.
- Aumento das capacidades de intervenção das organizações do Pólo nos Conselhos Municipais e no Território da Borborema. O Pólo conseguiu influenciar o conteúdo e a metodologia do programa de desenvolvimento territorial com a incorporação do zoneamento agroecológico e a aprovação de propostas como Banco de Sementes Regional, Máquinas Forrageiras e Ensiladeiras, Máquinas de Fazer Tela e o fortalecimento das Feiras Agroecológicas.

A IV Festa da Semente da Paixão foi um evento de destaque no ano. Nessa edição, ela enfocou o tema das estratégias de conservação da agrobiodiversidade frente às ameaças dos plantios transgênicos de algodão e milho no semi-árido. Na oportunidade, houve uma reflexão crítica sobre o programa de distribuição de sementes no semi-árido que vem sendo executado pelo do MDA em parceria com a Embrapa. Os debates ocorridos no evento repercutiram bastante no MDA e deram lugar à realização de uma reunião com a participação da Secretaria da Agricultura Familiar do ministério (SAF/MDA), do garantia safra, da Conab, das Embrapas Algodão e Tabuleiros Costeiros, representantes da ASA-PB e de redes de bancos de sementes do Ceará, de Pernambuco e de Alagoas. A partir dessa reunião, foi elaborada uma proposta voltada ao fortalecimento das redes de bancos de sementes comunitários no nordeste, à avaliação de variedades locais e à compra de sementes pela Conab. Essa negociação representou um avanço significativo no que se refere aos debates sobre os programas oficiais de distribuição de sementes na medida em que abriu-se perspectivas para a reorientação conceitual e metodológica dos mesmos.

Também como desdobramento dos debates ocorridos durante a Festa da Semente da Paixão, foi elaborada a proposta de realização de um evento regional da semente da paixão a ser organizado pela ASA-Brasil, fazendo com que esse tema fosse incorporado com destaque na agenda da ASA em associação à luta contra os transgênicos. A proposta do seminário é a de fomentar a criação de uma rede regional de bancos de sementes segundo a mesma concepção metodológica e técnica da rede construída no âmbito da ASA-PB que, por sua vez, se inspirou na experiência desenvolvida no Pólo.

Outra iniciativa de destaque no ano foi o lançamento do Programa 1+2 (Uma Terra e Duas Águas - Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido Brasileiro) pela ASA-Brasil. O programa orienta-se para a implementação de infra-estruturas hídricas voltadas para consumos nas propriedades rurais que não o humano (já contemplado no Programa P1MC – Um Milhão de Cisternas) e para a capacitação técnica na gestão dos recursos hídricos e no manejo das infra-estruturas. A AS-PTA exerceu grande influência na concepção do programa, em particular no campo da capacitação, ao propor a incorporação do enfoque de construção e disseminação de conhecimentos em redes de agricultores-experimentadores (ver mais no capítulo sobre o Programa de Desenvolvimento Metodológico). Esse programa amplia significativamente o escopo de ação da ASA-Brasil na medida em que abrange a temática da produção agrícola e pecuária visando a produção de alimentos para a geração de renda e para o aumento dos níveis de segurança alimentar e nutricional das famílias do semi-árido.

O lançamento oficial do programa ocorreu no município de Soledade-PB, oportunidade na qual a ASA-PB organizou um carrossel para apresentação de experiências inovadoras de gestão de recursos hídricos desenvolvidas no estado. O evento contou com a participação de mais de 300 agricultores e agricultoras de vários estados do nordeste além dos principais financiadores (Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Ministério do Desenvolvimento Social) e teve repercussão muito positiva.

Em 2007 o programa operou ainda em fase piloto com um orçamento limitado a 3 milhões de reais. A partir de 2008 será apoiado também pelo MDS com volumes de recursos mais substantivos (15 milhões de reais), o que permitirá a ampliação significativa da escala social do programa.

A AS-PTA avalia que o P1+2 poderá significar uma oportunidade ímpar para que as abordagens metodológicas empregadas nos programas de desenvolvimento rural das entidades da sociedade civil sejam positivamente influenciadas com a criação de dinâmicas locais de inovação agroecológica fundamentadas na ação de agricultores-experimentadores. Esse tem sido um campo de forte contribuição da AS-PTA à ASA-Brasil e o aporte importante de recursos permitirá a valorização dos acúmulos conceituais e metodológicos desenvolvidos nos 6 anos do Programa Local do Agreste da Paraíba. Parte importante desses ensinamentos foi sistematizada no ano em um artigo publicado em livro da Articulação Nacional de Agroecologia.

Pelo reconhecimento da contribuição da AS-PTA ao programa, a entidade (na pessoa de seu coordenador local) foi convidada a se integrar à coordenação do P1+2. Além da influência na concepção do projeto e em sua coordenação política, a AS-PTA tem contribuído na sua execução por meio da assessoria a oficinas de capacitação metodológica em vários estados do Nordeste (ver capítulo relacionado ao programa de desenvolvimento metodológico).

Outro tema de atenção do programa em 2007 foi a mobilização contrária à transposição de águas do rio São Francisco. Esse projeto do governo federal vem ao encontro de anseios do setor do agronegócio no semi-árido em detrimento de um projeto de desenvolvimento sustentado na região com base no fortalecimento da agricultura familiar por meio do princípio da “convivência com o semi-árido”. Além de promover debates sobre o tema na região do Pólo e na ASA-PB, a AS-PTA participou ativamente da Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-árido e contra a Transposição, apresentando para autoridades de vários estados a proposta de manejo descentralizado dos recursos hídricos como alternativa mais barata, eficiente, socialmente abrangente e ecológica para a viabilização de melhores condições de vida no semi-árido.

II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina

O Programa de Desenvolvimento Local do Paraná, no ano de 2007, foi marcado pela qualificação e ampliação da experimentação a campo das inovações agroecológicas pelas famílias agricultoras. Em torno de 4.400 agricultores e agricultoras familiares da região se envolveram, no nível comunitário, nas atividades de formação e experimentação relacionadas ao manejo da biodiversidade, dos solos e dos sistemas agroflorestais, que são os três componentes do programa regional de formação da AS-PTA.

Através da realização de 37 dias de campo, da implantação de 87 unidades de experimentação e de 55 visitas de intercâmbio entre famílias, deu-se continuidade e, mesmo se intensificou, o processo de resgate, avaliação e multiplicação de variedades de sementes crioulas. Da mesma forma, cresceu a escala das atividades de promoção de métodos de fertilização ecológica dos solos com a associação de pó de rocha, adubos orgânicos e adubação verde. O terceiro componente do programa de formação técnica, voltado para o uso múltiplo das florestas, evoluiu em sua estruturação e em sua capacidade de trabalhar de forma continuada a interação entre a progressiva definição das linhas prioritárias de ação e os conhecimentos acumulados pelos agricultores nas práticas de manejo regenerativo dos subsistemas florestais nas propriedades familiares da região.

Em associação com as atividades de formação e experimentação comunitária, a equipe local exercitou com êxito várias iniciativas de sistematização de experiências familiares e comunitárias de transição agroecológica. Combinando visitas de monitoramento e a avaliação em grupo dos impactos técnico-econômicos do manejo agroecológico em propriedades, as sistematizações vão sendo incorporadas como um instrumento de produção coletiva de conhecimento

e de debate sobre diferentes trajetórias familiares de organização dos sistemas produtivos. Elaborados de forma compartilhada com as famílias produtoras, foram editados e difundidos no período 11 boletins de sistematização, com foco em temas como a rearborização de propriedades, papel das florestas nas economias familiares, o resgate e experimentação de sementes crioulas de múltiplas espécies e as experiências de comercialização em feiras, dentre outros.

A AS-PTA deu continuidade à reorientação de suas parcerias no sentido de fortalecer os vínculos orgânicos com os grupos de base, formal e informalmente organizados, que dinamizam as redes de experimentação agroecológica no nível comunitário. Grupos de base em 39 comunidades de 16 municípios da região centro-sul do Paraná e do Planalto norte catarinense participaram ativamente das atividades desenvolvidas em todas as suas fases de planejamento, execução e avaliação.

Muito embora tenham evoluído positivamente parcerias com organizações de agricultores mais estruturadas nas dimensões municipal e regional, a baixa densidade orgânica e sócio-política dessas organizações permanece como um limitante de peso e um grande desafio à capilarização dos processos de promoção da agroecologia na região.

Programa de formação e experimentação agroecológica

1. Manejo da agrobiodiversidade

A avaliação das iniciativas comunitárias de experimentação e o planejamento de atividades para 2007 foram realizados por ocasião do 19º Seminário regional de agrobiodiversidade, com a participação de aproximadamente 90 representantes de grupos locais.

O seminário permitiu avançar na reorientação das atividades de experimentação coletiva, deslocando o foco fortemente centrado anteriormente no feijão e, principalmente no milho, para a diversificação das linhas de trabalho do programa de formação a outras variedades de espécies cultivadas presentes nos sistemas produtivos das famílias agricultoras. Em consequência, foi ampliado o universo das ações comunitárias de resgate, avaliação, intercâmbio e produção, tendo sido implantados e colhidos pelos grupos locais 21 ensaios de avaliação de variedades de 34 espécies de plantas: além de variedades de milho e feijão, foram incorporados o trigo, batata, amendoim, arroz, mandioca, cebola e adubos verdes de inverno e verão. Seguindo esse mesmo enfoque de diversificação, foram também implantados 65 campos de multiplicação de sementes já testadas por diferentes grupos de experimentadores, principalmente milho, mas também sementes de feijão, trigo, amendoim, centeio, batata e adubos verdes. Foram assim produzidas cerca de 200 toneladas de sementes, sendo 50 toneladas comercializadas pelas famílias e o restante destinado às feiras de sementes, à troca entre famílias e à reprodução em campos comunitários e familiares. Essa dinâmica de experimentação e multiplicação de variedades de material reprodutivo de diversas espécies envolveu diretamente 1.500 famílias integradas às redes locais de experimentadores.

A organização da experimentação comunitária tem procurado articular as necessidades de auto-abastecimento e de geração de renda pelas famílias, com a criação de efeitos de escala produtiva por meio de redes horizontais de experimentadores. Através dessas redes fluem simultaneamente os processos de formação técnica e política, permitindo estabelecer e debater os nexos entre a revalorização técnica e econômica das sementes crioulas e as potencialidades e limitantes do contexto sócio-político para a produção, uso e circulação dessas sementes. Ao mesmo tempo em que esse enfoque tem possibilitado a incorporação às dinâmicas locais do debate sobre modelos de desenvolvimento a partir de questões muito concretas e coladas ao cotidiano das famílias, ele alimenta também a reflexão dos grupos sobre o papel da agricultura familiar e de suas organizações, em diferentes espaços, na defesa dos direitos dos agricultores sobre suas próprias sementes. A liberação, em 2007, do plantio e comercialização do milho transgênico no Brasil e os impactos sobre a biodiversidade local através da contaminação das variedades crioulas inscreveu-se no período como um tema forte de discussão. A par da disseminação informação no plano técnico e sobre as estratégias das políticas públicas e do agronegócio, o tema dos transgênicos e o melhor conhecimento dos riscos de sua disseminação têm estimulado os grupos locais a introduzir em suas agendas uma maior integração à Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos e a formação de sistemas locais de biovigilância.

Do ponto de vista da geração de rendas monetária e não-monetária pelas famílias, a AS-PTA tem se empenhado em associar a promoção da experimentação e do uso massivo das variedades crioulas na transição agroecológica aos efeitos econômicos positivos delas resultantes sobre a estabilidade e o fortalecimento das economias familiares. Além das evidências produzidas por vários exercícios de avaliação econômica no nível comunitário (ver item 3 deste relatório), duas iniciativas empreendidas em 2007 tiveram particular significação em sua capacidade demonstrativa e de geração de efeitos:

- O primeiro caso se refere ao apoio à Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de São Mateus do Sul (Cofaeco) para reorientação de suas estratégias de acesso aos mercados locais. Após várias tentativas frustradas de organização da comercialização, através de mecanismos custosos e de baixa flexibilidade, a Cofaeco propôs uma revisão de suas estratégias mercadológicas visando ao delineamento de novas orientações comerciais compatíveis, ao mesmo tempo, com a realidade econômica-produtiva dos associados e com as perspectivas de consolidação nos mercados. De forma compartilhada entre AS-PTA e a Cofaeco, foi realizado um diagnóstico situacional participativo, que envolveu, numa sucessão de etapas, entrevistas com famílias, avaliações técnico-econômicas de uma amostragem significativa de propriedades e a organização de informações sobre as estruturas e circuitos dos mercados locais e sobre outros mercados eventualmente acessíveis. As conclusões construídas através de pequenas oficinas e de um seminário de síntese evidenciaram para o conjunto das famílias associadas a percepção da grande diversidade de cultivos alimentares presentes nas propriedades. Permitiram também aferir o valor econômico das combinações produtivas existentes, e que deveriam constituir a base de uma nova estratégia de comercialização. Como

desdobramento, um conjunto de visitas de intercâmbio a experiências na região subsidiaram a decisão pela comercialização local através de feiras livres em bairros da periferia de S. Mateus, praticando preços acessíveis sem elitização do consumo dos produtos ecológicos. As feiras tiveram início em novembro de 2007 em apenas um ponto. No curto período até o final do ano, novas demandas locais emergiram, exigindo novo esforço de planejamento, de forma a que a Cofaeco pudesse dar conta de aumentar suas implantações. A par dessas demandas locais, os intercâmbios realizados colocaram novas possibilidades no horizonte. De um lado, a Cofaeco iniciou sua integração aos circuitos comerciais da Rede Ecovida; de outro, ela já divisa a possibilidade de estabelecer vínculos com o Programa de compras diretas da Conab em associação com o mercado institucional local.

- O segundo caso envolveu a reativação do moinho colonial da comunidade da Invernada, no município de Rio Azul. Com o resgate e a reintrodução de 15 variedades tradicionais de trigo aos sistemas produtivos, a Associação dos Produtores Rurais da Invernada decidiu restaurar o moinho colonial, parado desde 1990, para a produção da farinha. A Associação viu aí uma possibilidade de diversificação das produções e das fontes de renda, tanto pelo auto-consumo como através da venda nas comunidades da região de um produto de qualidade e a preços menores que os praticados pelo comércio convencional e pelos caminhões de abastecimento que percorrem as zonas rurais da região. O aquecimento da demanda local e as expectativas de crescimento potencial da produção do trigo já colocam no horizonte a entrada em outros circuitos mercantis, como a merenda escolar regional, via programa de compras da Conab (PAA), e a participação nos circuitos de comercialização da Rede Ecovida, que atende várias regiões do sul do País.

Ainda no campo do estímulo ao manejo da biodiversidade, foi dada continuidade no período à realização das feiras de sementes, tanto no nível municipal como em escala regional. As feiras já se consolidaram regionalmente como um espaço de circulação da biodiversidade local, de troca de conhecimentos e informações entre agricultores e agricultoras e também como um mercado de compra e venda de sementes produzidas pelas famílias. Foram organizadas no ano 2 feiras municipais (municípios de Rio Azul e Canoinhas) e uma feira regional, esta integrada ao 6º Encontro ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, das quais participaram aproximadamente 2.500 pessoas.

Cabe assinalar, finalmente, que o Programa local conseguiu, em 2007, reconstituir as condições para relançar de forma mais sistemática atividades orientadas especificamente para valorizar e integrar a participação das mulheres agricultoras aos processos locais de experimentação e de inovação agroecológica. Essas atividades se organizaram fundamentalmente em torno ao estímulo à intensificação produtiva dos quintais das propriedades, visando ao reforço da segurança alimentar e nutricional das famílias. A partir do intercâmbio de experiências sobre manejo de quintais, um grupo de 50 mulheres de diversas comunidades locais deu início a dinâmicas de recuperação, multiplicação e troca de sementes e mudas de hortaliças e de plantas medicinais. Em 9 comunidades

foram também introduzidos experimentos de fertilização das hortas com pó de basalto. A qualificação do apoio a esse trabalho e sua ampliação estão no centro das preocupações do Programa local para o próximo ano.

1.2. Manejo ecológico de solos

Foram intensificadas nas comunidades as atividades de recuperação da fertilidade dos solos através da prática da adubação verde associada à aplicação de pó de rocha de baixa mineralidade e à adubação orgânica.

Cresceu significativamente o número de famílias integradas às redes locais que têm experimentado e incorporado esse modelo de manejo em seus cultivos. Elas passaram de 250, em 2006, a 340 famílias em 2007, o que representa um incremento de 36%.

A pressão da demanda sobre o único moinho de rocha localmente acessível aos agricultores e a construção em curso na região de mais dois moinhos é um indicativo de que o número é bem maior que esse contingente de experimentadores monitorados. O crescimento verificado resulta claramente dos resultados técnico-econômicos positivos observados pelos agricultores em suas propriedades.

O monitoramento econômico realizado em propriedades da região, em 2007, evidenciou que o manejo ecológico dos solos se traduz em serviços ambientais que se expressam, simultaneamente, em melhoramento da qualidade física e maior infiltração da água no solo e em menor incidência de pragas e doenças. Ao mesmo tempo, a combinação pó de rocha, adubação verde e semente crioula resulta também em drástica redução dos custos intermediários de produção e em conseqüente aumento das rendas auferidas. O monitoramento revelou, por exemplo, que para o cultivo de um alqueire de milho com o manejo proposto, os agricultores podem ter custos de produção até 8 vezes menores que os custos incorridos em sistemas com utilização de sementes híbridas e agro-químicos.

Em que pese o caráter positivo da rápida e crescente disseminação dessa prática de fertilização ecológica dos solos, tem sido preocupação constante da equipe local da AS-PTA que as experimentações e as mudanças das práticas de manejo dos agricultores estejam permanentemente associadas ao avanço da reflexão e dos conhecimentos sobre os processos da transição agroecológica no conjunto dos seus sistemas produtivos. A construção do conhecimento a partir da observação das práticas e do entendimento dos princípios que regem a fertilidade dos sistemas tem sido um tema constante dos dias de campo e das dinâmicas de formação, de forma a prevenir que a incorporação das práticas de fertilização propostas venha a obedecer à lógica da mera substituição de insumos em detrimento da otimização da sustentabilidade do conjunto das produções.

O sub-programa de manejo ecológico de solos deu prosseguimento às atividades de pesquisa e formação sobre bioindicadores de qualidade de solos. As atividades envolveram dinâmicas coletivas de formação sobre uso da fauna do solo e o perfil cultural como indicadores de fertilidade em sistemas produtivos em

transição agroecológica. Realizada em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e a Embrapa Agrobiologia, a pesquisa-formação tem caráter experimental e opera ainda com um grupo piloto restrito a 40 famílias. Os resultados colhidos demonstram que o trabalho tem possibilitado aos agricultores uma maior capacidade de observação e de leitura dos ambientes de manejo, encerrando grande potencialidade de disseminação através das redes locais de experimentação e intercâmbio.

1.3. Sub-programa Florestas

No ano de 2007, o sub-programa Florestas cumpriu uma trajetória de avanços em sua estratégia de reestruturação: avançou na inserção funcional ao programa regional de formação, articulando mais estreitamente suas atividades aos dois outros componentes do programa, o manejo de solos e da biodiversidade. Nesse mesmo processo alcançou níveis crescentes de integração às dinâmicas comunitárias de experimentação e inovação agroecológica.

No mês de julho, foi realizado o seminário regional sobre o uso das florestas, que deu início a um programa de intercâmbio e de produção compartilhada de conhecimentos sobre o papel e o lugar do componente arbóreo no funcionamento dos sistemas produtivos familiares em transição agroecológica. Com a participação de 80 agricultores e agricultoras dos diferentes municípios que compõem a área de abrangência do Programa Local da AS-PTA, o seminário permitiu traçar um quadro da realidade regional, evidenciando o recrudescimento da tensão entre o modelo do agronegócio e o projeto alternativo com base na agricultura familiar ecológica.

Em relação a esse tema, foram apresentados e discutidos depoimentos e experiências sobre o processo acelerado de desmatamento em curso na região em decorrência, sobretudo, da exploração madeireira e da expansão do agronegócio do fumo e da soja, bem como seus rebatimentos desestruturadores sobre as economias familiares. Em contrapartida, foram também apresentadas e debatidas, numa dinâmica de “carrossel”, experiências de sistemas familiares diversificados, nos quais a preservação e o uso múltiplo do componente florestal desempenham um papel essencial na sustentabilidade técnica e econômica das produções.

Tendo em vista planejar e também exercitar no nível regional a reconfiguração progressiva do sub-programa, foi constituída no seminário uma “comissão regional de florestas” composta por 15 agricultores e agricultoras de diferentes municípios e técnicos da AS-PTA. Na sequência do evento, a comissão decidiu empenhar-se em um conjunto de ações visando à reativação das dinâmicas comunitárias de formação relacionada ao tema do uso múltiplo das florestas. Esse processo, que se fundamentou na valorização das experiências concretas das famílias através das atividades de formação, resultou na sistematização de 33 experiências familiares de manejo agroecológico associado ao uso do componente florestal. As sistematizações foram realizadas através de visitas coletivas e, através delas, procurou-se evidenciar tanto as estratégias técnicas e de organização do trabalho familiar como os resultados econômicos alcançados.

Como já assinalado, onze dos casos estudados foram publicados através de boletins, que são divulgados pelas próprias famílias nas visitas de intercâmbio e que referenciam a troca de experiências e os debates nos grupos comunitários.

Num outro eixo de atividades do sub-programa, continuaram sendo acompanhadas as áreas de experimentação de sistemas agroflorestais em parceria com a Floresta Nacional de Três Barras (Flona-Ibama), e com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Planalto Norte de Santa Catarina (Sintraf) e a Empresa Estadual de Pesquisa e Extensão de Santa Catarina (Epagri). Participaram dessa atividade grupos de agricultores já envolvidos com o manejo agroflorestal em suas comunidades, tanto no centro-sul do Paraná como no Planalto norte catarinense. As áreas de experimentação são voltadas principalmente para o manejo da erva-mate na mata nativa, em função da relevância econômica regional dessa atividade para as famílias.

III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

O programa de agricultura urbana tem alcançado crescente enraizamento em sua principal área de atuação, a zona oeste do município do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, os métodos participativos desenvolvidos vêm servindo de referência para iniciativas em outras áreas da cidade e de municípios vizinhos, principalmente da baixada Fluminense e de outras cidades do estado.

Em 2007, aproximadamente 250 famílias participaram diretamente das atividades relacionadas ao cultivo dos quintais domésticos e espaços comunitários desenvolvidas pela AS-PTA e seus parceiros na zona oeste do Rio de Janeiro e entorno, daí excluídos os efeitos indiretos gerados pelas próprias dinâmicas comunitárias. O programa de agricultura urbana vem também conseguindo produzir referências conceituais e metodológicas para subsidiar iniciativas empreendidas em outros estados brasileiros.

Ao finalizar o ano de 2006, algumas linhas de ação se apresentavam para enfrentamento prioritário no período seguinte: mapear iniciativas de agricultura urbana, tipificando os usos dos espaços e afinando a compreensão das diferentes motivações dos moradores para tal prática; intensificar o manejo dos quintais pelas famílias nos níveis local e regional, sobretudo através da promoção de intercâmbios de experiências e do incentivo à experimentação comunitária; sistematizar os diferentes tipos de experiências em agricultura urbana; monitorar as ações do programa e as práticas de agricultura urbana em meio às famílias e grupos comunitários; integrar entre si e fortalecer redes locais de promoção e experimentação em agricultura urbana.

Na zona oeste do município do Rio de Janeiro, as atividades de formação e experimentação estiveram orientadas para a valorização das práticas de agricultura nos quintais e espaços de uso coletivo e o apoio à disseminação das experiências dos moradores com o manejo dos quintais a um número maior de famílias. Ao mesmo tempo, procurou-se aprimorar nelas as capacidades técnicas

e de gestão para uso produtivo dos quintais domésticos e de áreas comunitárias. Desse ponto de vista, destacaram-se o apoio técnico e metodológico que a equipe do programa de agricultura urbana ofereceu às organizações comunitárias no incentivo à experimentação nos quintais domésticos, igrejas, unidades municipais de saúde e, em um número crescente de escolas públicas. Nas 23 comunidades em que foram apoiadas atividades de agricultura urbana, ocorreram visitas de intercâmbio aos quintais de moradores, reuniões para troca de experiências e aprendizado mútuo. Foram igualmente realizados mutirões de trabalho em áreas familiares e de gestão comunitária e caminhadas para reconhecimento das potencialidades ambientais. Resultou desse conjunto de iniciativas a melhor capacitação das pessoas para o uso de seus quintais ou de outros pequenos espaços localmente disponíveis, iniciativas para o uso de áreas coletivas e a incorporação de novas famílias à prática da agricultura urbana.

Além de iniciativas visando à intensificação produtiva para auto-consumo na escala intra-comunitária, ocorreram atividades que mobilizaram moradores de diferentes comunidades do município do Rio de Janeiro e também de outras regiões do estado. As principais atividades ocorridas nesse contexto foram:

- a realização de um ensaio sobre métodos de monitoramento socioeconômico e agroecológico de quintais na cidade. Essa foi uma oportunidade para calibrar a metodologia para o monitoramento continuado das experiências em curso, tendo sido realizado em um quintal de família na comunidade Praia da Brisa. A abordagem metodológica exercitada foi replicada aos diversos quintais visitados (em torno de 50) durante o processo de mobilização para o II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade;
- A realização de uma oficina temática sobre sementes e mudas, para troca de experiências sobre o tema. O resultado dessa atividade foi o aumento do número de cultivadores de quintais na região e uma maior incorporação pelos grupos comunitários de iniciativas locais de incentivo à agricultura urbana;
- Nove mutirões de práticas de agricultura urbana ocorreram em diferentes comunidades, mobilizando lideranças da Pastoral da Criança, escolas e famílias das comunidades. Esse exercício de socialização de experiências e de prática coletiva vem demonstrando ter uma importância grande para o aprendizado sobre as técnicas de manejo;
- Três encontros de formação sobre agricultura em quintais envolvendo líderes da Pastoral da Criança e famílias das comunidades. Esses eventos possibilitaram um olhar coletivo sobre as possibilidades de uso dos quintais para a produção de alimentos em comunidades de baixa renda acompanhadas pela Pastoral da Criança;
- Três encontros de apoio sobre agricultura em quintais e sistemas agroflorestais com agricultores periurbanos da Serra da Misericórdia atendidos pelo grupo Verdejar. Os encontros ensejaram também o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre identificação, manejo e

uso das plantas medicinais espontâneas, a recuperação de nascentes e o aproveitamento de materiais orgânicos para a compostagem.

Uma das principais linhas de ação do programa de agricultura urbana, em 2007, foi o apoio às organizações sociais locais, de modo a que elas constituam capacidades próprias para assumir a promoção de cultivo para auto-consumo nas comunidades. O papel da AS-PTA, nesse sentido, foi o de prestar assessoria técnica e metodológica aos grupos e organizações comunitários, sobretudo através de visitas, realização de oficinas e intercâmbio de experiências. Foram mantidas ativas parcerias em diferentes espaços, como o fórum de articulação da Pastoral da Criança, que reúne o conjunto das líderes da zona oeste do município; a Pastoral da Criança no nível nacional; a rede de Socioeconomia solidária da zona oeste; a Rede Fitovida, tanto na região metropolitana como no nível estadual; a organização Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo, com atuação na região da Serra da Misericórdia, zona norte do Rio de Janeiro; a Pastoral da Saúde, tanto no município do Rio de Janeiro como na Baixada Fluminense. Além desses atores, a AS-PTA vem estabelecendo interações e parcerias para promoção da agricultura urbana com organismos governamentais (Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente), empresas públicas (Embrapa Agrobiologia e Embrapa Alimentos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pesagro Rio) e o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS).

A equipe do Programa de Agricultura Urbana participou, no mês de outubro, em São Paulo, do Congresso Nacional da Pastoral da Criança, coordenando oficinas de caráter técnico-metodológico para um total de 500 coordenadoras da Pastoral de todos os estados do Brasil. Com a realização do evento, a Pastoral da Criança passou a incorporar em sua estratégia institucional, no nível nacional, a ação “Hortas Caseiras”, tendo por base metodológica a experiência desenvolvida na zona oeste do Rio de Janeiro. Foi também lançado durante o Congresso o vídeo “Hortas Caseiras” e o informativo “Dicas sobre Hortas Caseiras”, elaborados em parceria com a Pastoral para apoio ao trabalho de promoção da agricultura urbana pelas líderes nas comunidades em que atuam em distintas regiões do País.

Em 2007 a AS-PTA participou ativamente também da formulação da estratégia de ação do projeto de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, em parceria com a Embrapa Alimentos. A entidade colaborou com a realização do diagnóstico inicial e apoiará as intervenções de incentivo ao cultivo de frutas, legumes e verduras, que ocorrerão em 2008 e 2009.

O apoio da AS-PTA às estratégias de ação local de organizações comunitárias promotoras da agricultura urbana efetivou-se também na parceria para a conclusão da primeira etapa do inventário nacional de referências culturais (INCR), realizado pela Rede Fitovida, através do qual estão sendo levantadas e sistematizadas práticas e conhecimentos tradicionais sobre manejo e uso de plantas medicinais no âmbito da Rede. Além de colaborar na realização de visitas e entrevistas do inventário, a AS-PTA apoiou também a realização do Seminário

Estadual que, integrado ao inventário, contou com a participação de 108 grupos locais articulados na Rede Fitovida e com o aporte dos saberes de raizeiros, ervaíras, parteiras e benzedeiras de várias regiões do estado.

Atuando como ponto de convergência de múltiplas iniciativas, representantes do conjunto das organizações locais e parceiros representantes de órgãos públicos com os quais o programa de agricultura urbana mantém relações de apoio e cooperação, reuniram-se em março e dezembro nos Encontros de Promoção da Agricultura Urbana. Através desses eventos, 45 lideranças comunitárias de diferentes lugares tiveram a oportunidade de interagir com grupos originários de realidades peculiares que, apesar de se referirem a uma problemática comum, são portadores de grande diversidade de experiências, estratégias e métodos de atuação. Foram discutidos nos encontros as problemáticas e potencialidades da agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram também firmados compromissos conjuntos para a promoção da agricultura urbana.

Um outro campo de parcerias e apoio mútuo com outras organizações promotoras da agricultura urbana efetivou-se através da articulação da AS-PTA no plano estadual com diversas experiências do “campo agroecológico”, visando à constituição de uma rede de experiências em agroecologia (AARJ), como desdobramento da organização e participação nos encontros estadual e nacional de agroecologia, ocorridos em 2006. Para os agricultores urbanos participantes das dinâmicas da articulação, o intercâmbio com outras iniciativas de manejo ecológico, tanto em meio rural como urbano, tem estimulado a reflexão sobre as práticas produtivas e a incorporação de inovações, bem como a troca de sementes e mudas, incrementando a biodiversidade nos quintais. Em 2007, foram realizadas cinco reuniões do grupo de coordenação e uma reunião ampliada da AARJ, que desempenharam um papel importante na construção da identidade e da coesão da rede estadual.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a AS-PTA realizou a parte da pesquisa nacional sobre agricultura urbana e periurbana, fazendo o mapeamento e tipificação das experiências mais significativas em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa pesquisa permitiu à entidade ampliar e qualificar sua percepção sobre as iniciativas de agricultura urbana na região. Ao final do trabalho, foi realizado o Seminário Local da Pesquisa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, com a participação de agricultores urbanos, representantes dos grupos locais de promoção da agricultura urbana, representantes da prefeitura do Rio de Janeiro e do MDS. Essa experiência motivou a AS-PTA e os grupos comunitários que vêm promovendo a agricultura urbana no Rio de Janeiro a incorporar o tema das políticas públicas relacionadas à agricultura urbana e periurbana às suas pautas de discussão.

Além dessa pesquisa, a AS-PTA avançou em dois outros diagnósticos, um sobre o papel das práticas de agricultura urbana nas estratégias de segurança alimentar e nutricional das famílias e outro sobre a origem das plantas medicinais utilizadas pelos grupos comunitários de saúde alternativa articulados na Rede Fitovida.

O mapeamento das iniciativas de agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro mobilizou uma equipe composta por membros da Pastoral da Criança, da Rede Fitovida e do grupo Verdejar, ao mesmo tempo em que ampliou o campo de parcerias e intercâmbios do Programa. O processo culminou com a realização do “II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade”, ocorrido em novembro de 2007, em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, após um período de interações e conhecimento mútuo. Desde abril, foram realizadas reuniões e um grande mutirão de visitas e sistematizações de experiências, tendo sido realizadas mais de 50 visitas e mobilizados no processo mais de 300 agricultores urbanos. No Encontro, as experiências dos agricultores e agricultoras urbanos foram apresentadas em forma de um grande carrossel de experiências, através de oficinas e de um vídeo. Além disso, como parte das trocas de experiências, foram realizadas visitas a 8 iniciativas durante a realização do Encontro. Os principais significados de todo esse processo foram a forte mobilização e entrosamento dos grupos comunitários, o fortalecimento e troca de experiências entre moradores com práticas em agricultura urbana e a incorporação de novos grupos às redes de promoção e experimentação na região.

A produção de conhecimentos de forma compartilhada com os parceiros locais, através da sistematização de experiências e da elaboração de materiais de comunicação, vem sendo priorizada pelo Programa de agricultura urbana como instrumento de geração e de disseminação de referências conceituais e metodológicas. Diversas iniciativas de agricultura urbana foram identificadas e sistematizadas e foram apresentadas em eventos, como encontros locais e feiras de produtos. Concluída a pesquisa sobre agricultura urbana e periurbana, foi elaborado um relatório de referência sobre as diferentes iniciativas em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro. Também durante o processo de mobilização para o II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade foi elaborado o DVD “Sementes Urbanas”, que documenta diferentes práticas de agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Foi elaborada também uma cartilha “Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade”, condensando conhecimentos e informações sobre o manejo dos quintais, preparo de alimentos e remédios a partir das produções caseiras. O próprio II Encontro foi registrado em um filme, através do qual é visualizado e valorizado o enfoque de promoção da agricultura urbana baseado nas trocas de experiências e no protagonismo dos agricultores urbanos.

Com relação ainda à sistematização de experiências, foi elaborado o artigo “Rede Fitovida: revalorizando os remedinhos da vovó”, publicado na Revista Agriculturas Vol.4 N.4, trazendo referências concretas e discutindo a importância do resgate e da socialização dos conhecimentos tradicionais sobre o cultivo e uso das plantas medicinais. Um outro documento “Agricultura e abastecimento no estado do Rio de Janeiro: críticas ao modelo hegemônico e questões a partir da agroecologia” foi apresentado pela AS-PTA como subsídio à Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, ensejando o debate sobre os acúmulos do Programa de agricultura urbana da entidade com um público de mais de 300 pessoas.

Essa mesma preocupação de sistematizar e compartilhar a experiência do Programa com diferentes atores se efetivou através da participação em outros espaços de debate, como: o Seminário sobre Agricultura Urbana da 9ª Coordenadoria de Educação – Secretaria Municipal de Educação; a “Semana da Fazenda” do Projeto Hortas Comunitárias, da Escola Carioca de Agricultura Familiar da Fazenda Modelo – Secretaria Municipal de Assistência Social; o Projeto Culinária e Prazer do Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD) da Secretaria Municipal de Saúde e o curso do Mutirão de Agricultura Ecológica da Universidade Federal Fluminense – UFF.

A AS-PTA vem ainda sendo crescentemente demandada a apoiar a formação de hortas escolares e a apresentar propostas para a inserção do debate sobre alimentação, saúde e agricultura urbana junto às unidades escolares e coordenadorias de ensino situadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. No ano 2007, a entidade apoiou a implementação de três hortas escolares e participou de seminários e debates sobre o tema, contribuindo com a visão de que mais do que somente implementar unidades de produção de alimentos, é necessário que elas sejam concebidas como espaços de convivência dentro das escolas, que permitam também estabelecer vínculos com as famílias e as práticas que elas desenvolvem ou poderão desenvolver em seus próprios quintais.

A evolução do Programa de agricultura urbana no período aponta algumas linhas de ação prioritárias a serem intensificadas em 2008:

- o aumento do número de praticantes e a qualificação das práticas de agricultura urbana e periurbana;
- a interação entre os agricultores urbanos e organizações envolvidas nas dinâmicas de agricultura urbana com iniciativas no campo da agroecologia no estado do Rio de Janeiro, em especial da região metropolitana;
- a realização de visitas de intercâmbio entre grupos que trabalham a agricultura urbana em bases agroecológicas em outros estados do Brasil e em outros países da América Latina;
- a ampliação de iniciativas de cultivos agroecológicos em unidades escolares e o aumento da participação das escolas nas dinâmicas da agricultura urbana;
- a intervenção no debate sobre as políticas públicas para a agricultura urbana e periurbana a partir das experiências concretas dos grupos comunitários.

IV. Programas Transversais

IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

As atividades do programa se desenvolveram no ano em torno aos seguintes eixos estratégicos:

1. Desenvolvimento e sistematização de enfoques metodológicos para monitoramento da transição agroecológica
2. Articulação do Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da ANA
3. Fortalecimento da ABA-Agroecologia
4. Capacitação de organizações da sociedade civil no campo das abordagens metodológicas para construção do conhecimento agroecológico

1. Desenvolvimento de métodos para monitoramento da transição

Os resultados positivos dos programas locais da AS-PTA no que se refere à mobilização social e à abrangência geográfica das redes de inovação agroecológica colocam novos desafios para a continuidade dos mesmos. Em particular, cabe ressaltar a progressiva dificuldade no monitoramento dos avanços dos processos de transição agroecológica e seus impactos sobre a sustentabilidade da agricultura familiar nos dois territórios. Esse maior grau de dificuldade se associa exatamente ao fato de que os processos sociais de inovação agroecológica vêm sendo assumidos de forma crescente por organizações de base dispersas em grandes territórios e em torno a variados temas. Nessas condições, o levantamento de informações pertinentes aos processos de transição agroecológica e a produção de sínteses analíticas que realmente as atividades de avaliação e planejamento dos programas deve passar também a ser assumido como uma iniciativa coletiva pelas redes temáticas de agricultores-experimentadores e pelas organizações as quais estão vinculadas, sobretudo os sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias.

Juntamente com instituições de pesquisa parceiras, a AS-PTA vem desenvolvendo há alguns anos algumas abordagens inovadoras para monitoramento participativo dos impactos econômicos e ecológicos dos processos de transição agroecológica de agroecossistemas presentes em suas áreas de atuação. Do ponto de vista dos impactos econômicos, a entidade desenvolveu um enfoque próprio que vem sendo exercitado com sucesso no Agreste da Paraíba e na região do Contestado, sobretudo porque permite que as análises da dimensão econômica dos agroecossistemas sejam realizadas de forma integrada ao estudo dos processos biofísicos que sustentam a fertilidade

dos sistemas de produção. Além disso, trata-se de uma metodologia de monitoramento que assegura a efetiva participação dos agricultores(as) em todas as suas fases de execução. Até 2006 havia sido realizado, a título de exercícios piloto, um conjunto limitado de estudos de monitoramento dos impactos econômicos da transição agroecológica em ambas as regiões. Esses estudos permitiram o aprimoramento metodológico bem como a apropriação dos conceitos referenciais e instrumentos de análise por um número já bastante significativo de lideranças das organizações parceiras da AS-PTA.

Em 2007 as atividades nesse campo se intensificaram e estiveram orientadas para o aprimoramento do método a partir da realização de um conjunto bastante significativo de estudos de caso juntamente com as equipes dos programas locais do agreste da Paraíba e do Contestado. Uma característica distintiva dos estudos realizados no ano, quando comparados aos exercícios realizados em anos anteriores, foi a explicitação das concepções polares existentes entre as lógicas econômicas dos sistemas de manejo agroecológico e aquelas empregadas pelo agronegócio. Esse tipo de abordagem vem permitindo situar o debate sobre a transição agroecológica no campo da disputa política relacionada aos rumos do desenvolvimento rural nos dois territórios, antepondo agroecologia e agronegócio como trajetórias opostas de organização técnica e econômica dos agroecossistemas.

No primeiro semestre, as atividades foram concentradas junto à equipe do Programa de Desenvolvimento Local na região do Contestado e subsidiaram a realização de um seminário regional sobre valorização econômica dos recursos florestais. Ao todo foram realizados 23 estudos de caso sobre as funções econômica e ecológica do componente arbóreo em unidades de produção familiares em diferentes estágios de transição agroecológica. Com base nesses estudos foi possível evidenciar o papel essencial que as árvores desempenham nos agroecossistemas locais, seja ao promover serviços ambientais, ao produzir insumos para a sustentação do sistema técnico (alimentação animal, lenha, etc.), ou produtos consumidos pela família ou destinados à comercialização.

No segundo semestre, o mesmo procedimento foi adotado junto ao Programa Local do Agreste da Paraíba. Foram feitos estudos sobre o funcionamento econômico de cinco agroecossistemas em diferentes estágios de transição agroecológica. Esses exercícios explicitaram a maior vulnerabilidade econômica e ambiental das famílias engajadas na produção especializada e altamente dependente de agroquímicos ao mesmo tempo em que evidenciaram os maiores níveis de sustentabilidade das unidades produtivas que ingressam em trajetórias de transição agroecológica (maior diversidade produtiva, maior nível de reciclagem interna de matéria e energia, maior aproveitamento dos recursos hídricos, maior autonomia técnica, etc.).

Ao final do ano, também na Paraíba, um novo exercício foi realizado para subsidiar as reflexões sobre as relações de gênero no meio rural. Utilizando-se da mesma metodologia de análise, pretendeu-se com esse exercício sistematizar casos que ressaltassem os papéis das mulheres agricultoras na promoção da agroecologia e dar visibilidade às estratégias de superação das desigualdades nas relações de gênero. As sistematizações dos casos proporcionaram

importante reflexão sobre conceitos e hipóteses que nortearão as futuras ações do Pólo e da AS-PTA no campo das relações sociais gênero.

Para assegurar um caráter mais sistemático aos exercícios de monitoramento e maior troca de experiências entre as equipes dos Programas Locais da Paraíba e da região do Contestado, foi elaborado e submetido ao CNPq o projeto *Monitoramento participativo da transição agroecológica em territórios rurais de dois biomas brasileiros*. Tendo sido aprovado no final de 2007, o projeto será executado nos próximos dois anos em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, com a Embrapa Monitoramento por Satélite e com a Universidade Federal de Passo Fundo-RS. O principal objetivo do projeto será o de desenvolver e implementar sistemas de monitoramento participativo da transição agroecológica nos dois territórios rurais de atuação da AS-PTA. O sistema será composto por mapas dos territórios nos quais serão georeferenciadas as iniciativas dos grupos e famílias de agricultores-experimentadores. Esses mapas permitirão traçar a evolução dos processos de irradiação das inovações agroecológicas em ambos os territórios e deverá subsidiar as atividades de planejamento das ações dos programas locais. Também vinculado aos mapas serão estruturados bancos de dados sobre os estudos de caso de propriedades de referência nas quais serão avaliados os impactos econômicos e ecológicos das inovações agroecológicas.

2. Articulação do GT-CCA da ANA

Passado o processo preparatório do II ENA, período que mobilizou e ativou o GT-CCA em torno à organização do Seminário sobre Construção do Conhecimento Agroecológico (ver relatório institucional de 2006), o grupo de trabalho assistiu a uma significativa redução de sua capacidade de atuar de forma articulada no plano nacional. A AS-PTA juntamente com o GTNA (Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia), entidades coordenadoras do GT, realizaram muitos esforços para manter uma agenda de trabalho permanente e mobilizadora das entidades participantes. Mas a conjuntura de crise vivenciada pela maior parte das organizações tem dificultado a dedicação das mesmas em espaços de articulação nacional em torno aos temas que polarizam o GT (ensino, da pesquisa e da extensão rural).

A AS-PTA assumiu a tarefa de organizar e editar o livro *Construção do Conhecimento Agroecológico: novas identidades, novos atores*, que apresentou o conjunto das sistematizações sobre as práticas metodológicas de ATER elaboradas para o II ENA e um texto de síntese do conjunto elaborado por um consultor autônomo. Por sugestão e articulação da AS-PTA, a publicação foi lançada em um evento nacional realizado na sede da Embrapa, em Brasília, no qual estiveram presentes, além dos membros do GT-CCA, um conjunto bastante significativo de pesquisadores, extensionistas e dirigentes vinculados aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Meio Ambiente. O evento contou com um debate com esses formuladores e executores de políticas públicas e permitiu explorar o significado das experiências sistematizadas e a importância do fomento público a iniciativas similares por intermédio de mecanismos de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade.

Na mesma ocasião do lançamento do livro em Brasília, realizou-se uma reunião do GT-CCA com o intuito de reorientar as ações do grupo. Para efeito de melhor articular o conjunto de ações, elas foram subdivididas em três eixos: educação em agroecologia, pesquisa em agroecologia e extensão rural (ATER).

Além de se manter na coordenação geral do grupo, a AS-PTA assumiu a responsabilidade de polarizar os debates e as articulações relacionadas ao tema da pesquisa em agroecologia, em particular ao acompanhar o processo de internalização da perspectiva agroecológica na Embrapa. O GTNA assumiu o tema da educação em agroecologia, dando acompanhamento às atividades do Fórum Interministerial de Educação em Agroecologia, instância criada em 2006 com o objetivo de articular as iniciativas de seis ministérios em torno ao tema.

Para acompanhar o tema de ATER, não foi estabelecida nenhuma estratégia nem foi tirada uma organização de referência. Isso porque o principal debate nesse campo vinha sendo motivado pelas regras de repasse de recursos públicos para as ONGs e movimentos sociais, tema este tratado no âmbito da coordenação política e do Núcleo Executivo da ANA.

3. Fortalecimento da ABA-Agroecologia

Por sugestão e sob a coordenação da AS-PTA, a ABA-Agroecologia promoveu um seminário sobre Construção do Conhecimento Agroecológico similar ao realizado pela ANA, em 2006. O evento ocorreu como parte integrante do V Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em outubro de 2007 na cidade de Guarapari (estado do Espírito Santo). O foco do seminário esteve voltado para as metodologias de pesquisa em agroecologia, em particular aquelas realizadas junto às comunidades rurais. A AS-PTA elaborou um termo de referência para orientar as sistematizações de experiências nesse campo. Um conjunto de 12 sistematizações das diversas regiões do país foram selecionadas para apresentação no evento. Ao final do seminário houve o lançamento oficial do manual de sistematização de experiências produzido pela Fundação ETC-Andes em parceria com o Ileia e traduzido e adaptado pela AS-PTA (ver capítulo referente ao Centro de Informação).

Frente ao bom resultado do seminário e à boa aceitação de sua metodologia de preparação composta por apresentação e debate de experiências previamente sistematizadas para esse fim, a AS-PTA propôs à diretoria da ABA a continuidade de seu programa de estímulo à sistematização e intercâmbio sobre experiências metodológicas de pesquisa, ensino e extensão em agroecologia. Como em 2008 não haverá um evento nacional promovido pela ABA, foi acordado que a associação desencadearia processos descentralizados de reflexão sobre a temática organizados pelos vice-presidentes regionais da instituição. A ABA assumiu o compromisso de levar à frente essa proposta e negociará, em 2008, um projeto com diferentes organismos do governo federal de forma a que sejam levantados os fundos financeiros necessários.

Além de coordenar o seminário nacional sobre Construção do Conhecimento Agroecológico, a AS-PTA teve participação importante na organização do V Congresso Brasileiro de Agroecologia. Tendo influenciado na definição dos

conteúdos e dos métodos do Congresso, atuou também no fomento à participação de organizações da sociedade civil no evento. Também teve a oportunidade de ministrar duas palestras em plenária nas quais pode valorizar seus acúmulos institucionais: a primeira enfocando a construção do movimento agroecológico no Brasil e o desafio de articulação entre o campo científico-acadêmico e as organizações da sociedade civil; e a segunda focalizando as referências conceituais e metodológicas desenvolvidas pela entidade para a análise do desempenho econômico de sistemas agrícolas familiares.

Na Assembléia Geral da ABA-Agroecologia, também realizada durante o V CBA, em Guarapari, um dos diretores executivos da AS-PTA (que também coordena o programa de desenvolvimento metodológico) teve renovado seu cargo de vice-presidente da associação para o biênio 2009-2010. A perspectiva de participação na ABA-Agroecologia com esse nível de intensidade é coerente com a antiga estratégia da AS-PTA de fomentar a crescente aproximação entre o campo científico-acadêmico e as organizações da sociedade civil que compõem o movimento agroecológico no país.

4. Capacitação de organizações da sociedade civil no campo das abordagens metodológicas para construção do conhecimento agroecológico

As atividades nessa linha de ação estiveram focadas no tema da sistematização de experiências, uma prática que vem sendo crescentemente demandada por organizações da sociedade civil e do Estado. Tendo se tornado uma entidade referencial nesse campo, a AS-PTA vem sendo muito demandada para ministrar cursos e palestras, tendo que declinar da maior parte dos convites para não ter desorganizado o seu plano de trabalho.

As atividades nesse campo, em 2007, se concentraram no apoio à Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA-Brasil) para a implantação de seu programa P1+2 (Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido Brasileiro). O referido programa, à semelhança do P1MC (Um milhão de cisternas), está orientado para a implantação de infra-estruturas hídricas em propriedades e comunidades rurais do semi-árido brasileiro. Mas, vai além disso ao incorporar um importante componente relacionado a formação técnica e incentivo à experimentação de práticas de manejo de recursos hídricos na região.

Por meio da ação direta do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, a AS-PTA influenciou a concepção do P1+2, tendo o mesmo incorporado um conjunto de princípios metodológicos desenvolvidos e/ou adaptados pela entidade. Pela sua dimensão e sua grande capilaridade nos 11 estados abrangidos pelo semi-árido brasileiro, o P1+2 apresenta-se em perspectiva como um espaço estratégico para irradiação de enfoques metodológicos inovadores voltados para a construção do conhecimento agroecológico, nos quais busca-se revalorizar a vocação dos/as agricultores/as como agentes de geração e disseminação de conhecimentos para o desenvolvimento local.

As atividades do P1+2 iniciaram-se no primeiro semestre de 2007 ainda em fase piloto. Para dar início a essa fase, a AS-PTA contribuiu metodologicamente com a concepção e a assessoria a eventos interestaduais denominadas “Oficinas sobre abordagens metodológicas de construção do conhecimento e sistematização de experiências”. Esses eventos tiveram por propósito proporcionar reflexões coletivas sobre métodos de extensão rural em particular ao ressaltar os papéis dos agricultores-experimentadores em processos de inovação agroecológica e de ressaltar a importância da sistematização de experiências como meio para a organização de conhecimentos e a comunicação entre agricultores-experimentadores.

Para contemplar a participação de integrantes dos 11 estados do semi-árido, foram realizadas três oficinas interestaduais. A primeira ocorreu em abril, no estado de Alagoas, e contou com a participação de 20 pessoas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. A segunda, ocorrida na Bahia em maio, contou com a participação de 15 pessoas vindas de Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, além de representantes de entidades do próprio estado. A terceira se deu no estado do Ceará, também em maio, e nela participaram 17 pessoas dos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará.

Além dos eventos interestaduais, a AS-PTA assessorou duas oficinas estaduais, sendo uma no Ceará e outra na Paraíba. No Ceará, o evento aconteceu em junho e contou com a participação de 15 pessoas de cinco micro-regiões do estado. Na Paraíba, a oficina foi realizada em dois módulos, tendo deles participado 30 pessoas das 11 micro-regiões do estado.

No total, 107 pessoas de 38 instituições dos 11 estados do semi-árido participaram das oficinas. No processo, como parte do processo de capacitação, foram sistematizadas 33 experiências. Ao final de 2007 foram publicados 57 boletins informativos sistematizados pelas organizações que participaram das dinâmicas de formação fomentadas pelo P1+2. Todos os documentos estão publicados no banco de experiências Agroecologia em Rede.

Ainda como desdobramentos das oficinas do P1+2, foi realizado um encontro na Paraíba com a participação de jovens agricultores(as) assessorados pela ONG Patac com o objetivo de capacitá-los no campo da sistematização de experiências.

Os resultados positivos dos primeiros meses de atividade do P1+2 reforçaram para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) a importância de seguir financiando o programa a partir de 2008. Tendo já sido renovado o contrato de parceria entre a ASA-Brasil e o MDS, já estão programados para 2008 encontros e intercâmbios de agricultores(as)-experimentadores estruturados a partir da apresentação das experiências sistematizadas.

À medida que o P1+2 vem favorecendo o intercâmbio e a sistematização de experiências locais, o sistema Agroecologia em Rede vai sendo incorporado na prática como uma ferramenta de suporte às interações entre grupos envolvidos em dinâmicas de inovação agroecológica no semi-árido brasileiro. As experiências que vêm sendo sistematizadas estão sendo publicadas no sistema.

IV.2. Programa de Políticas Públicas

O Programa de Políticas Públicas orientou suas atividades no ano em torno às seguintes prioridades estratégicas: Participação na coordenação da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos; crédito para a transição agroecológica; marco legal sobre repasse de recursos públicos para o Terceiro Setor.

a) Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos

Em que pesem as grandes dificuldades que vem encontrando, a campanha pela biossegurança (Por um Brasil Livre de Transgênicos) impôs um debate substantivo sobre a liberação comercial dos transgênicos na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Forçando a discussão sobre aspectos técnicos e científicos, a minoria da comissão, preocupada com os riscos destes produtos para a saúde dos consumidores e com o meio ambiente bem como com a soberania alimentar do país ofereceu importante resistência no quadro negativo de correlação de forças, mas este fato não impediu a CTNBio de aprovar a liberação do algodão transgênico no ano.

O método adotado pela maioria foi a de não responder às múltiplas objeções colocadas pela minoria e votar as liberações independentemente dos argumentos. A ausência de regras e métodos para avaliação de riscos e para a convivência entre sistemas transgênicos e não transgênicos sem que estes últimos sejam contaminados pelos primeiros facilitou este procedimento. A minoria só conseguiu obrigar a comissão a discutir as regras de avaliação quando entrou com uma medida jurídica nesse sentido. A comissão tentou criar um arremedo de regras ultrasuperficiais, mas encontrou um obstáculo em uma decisão judicial que as rejeitou. Este fato paralisou o processo de liberação do milho transgênico.

A maioria pró-transgênicos teve seu processo de aprovações sumárias facilitada pela decisão do governo Lula de reduzir a maioria necessária para as liberações comerciais, de 2/3 para maioria simples, anulando assim uma importante vitória das forças favoráveis à biossegurança em momento anterior. O governo Lula adotou, assim, uma postura absurda de considerar que a comissão só cumpre a sua missão quando aprova as liberações.

Apesar do forte lobby na imprensa e da posição do governo conseguiu-se brecar novas liberações e, significativamente, já aparecem reações entre os produtores de soja transgênica no sul do país buscando sementes convencionais. O problema agora é o fato de que já não se encontram sementes convencionais adaptadas para aquela região tornando os agricultores totalmente dependentes desta tecnologia.

A campanha desmentiu categoricamente (ver artigo em anexo) matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo com falácias sobre a economicidade superior da soja transgênica mas só conseguiu publicar sua análise em um jornal eletrônico, comprovando o total controle da mídia pelo lobby das empresas.

O perigo maior para a biossegurança neste momento está na repetição do processo que levou a criar um fato consumado no caso da soja. Os cultivos ilegais de milho transgênico estão se disseminando no sul do país sem que o governo faça qualquer tentativa de controle. Em mais algum tempo as objeções legais a este cultivo poderão virar letra morta.

b) Crédito

Os resultados do ENA II no campo do financiamento da transição agroecológica foram sistematizados em um texto que tornou-se um marco nos debates sobre as políticas de crédito mesmo antes de sua publicação, já que foi amplamente discutido com as bases da ANA em seu processo de elaboração. Entretanto, do ponto de vista dos problemas apontados nos procedimentos adotados pelo governo os avanços foram mínimos. O governo continuou com sua política de facilitar o acesso ao crédito sem se preocupar com a sustentabilidade dos projetos financiados e os problemas apontados no relatório anterior só fizeram se aprofundar. No entanto, conseguiu-se levar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, dados que permitiram que a consciência dos problemas fosse assimilada pelos técnicos e inicia-se um esforço de negociação visando superá-los.

O Programa de Políticas Públicas da AS-PTA (PPP) realizou uma pesquisa, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, aprofundando a questão do crédito em suas duas modalidades mais importantes, o Pronaf e os Fundos Rotativos Solidários e colocou os resultados em debate com os gestores destas políticas. A pesquisa também contemplou outras políticas governamentais voltadas para a promoção da agroecologia tais como a pesquisa, os programas de sementes (ver mais adiante), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a política de assistência técnica e extensão rural (ATER) e o programa “integrado” de promoção da agroecologia. O resultado desta pesquisa mostra grandes limitações nas tentativas do governo de apoiar a agroecologia e constata que isto se deve tanto a dificuldades institucionais em lidar com um paradigma de desenvolvimento que contraria as normas estabelecidas baseadas nos conceitos da revolução verde como ao baixo nível de compreensão sobre particularidades da agroecologia por parte de muitos dos formuladores das políticas. Pode-se dizer que, com exceção dos técnicos do Departamento de ATER e os do PAA, os gestores das políticas, em particular os vinculados ao crédito Pronaf, têm pouca familiaridade com as implicações práticas do enfoque agroecológico sobre essa política.

A questão do seguro agrícola continuou sem solução definitiva mas há indícios de que os agricultores estão deixando de utilizar as sementes crioulas devido à insegurança da cobertura do crédito em caso de perdas de safra em projetos agroecológicos. Isto pode ser um golpe muito duro nas estratégias de desenvolvimento agroecológico, pois os agricultores ficam colocados diante de uma dupla pressão: (1) as facilidades para obter crédito para projetos convencionais e, ao contrário, as dificuldades de se obter crédito para projetos agroecológicos e, (2) as possibilidades de não cobertura de seguro para projetos agroecológicos quer pelo uso de sementes crioulas quer pelo uso de práticas “não recomendadas”. Verificou-se um aumento da inadimplência dos agricultores que

usam sistemas convencionais, o que pode aumentar a demanda por uma solução técnica que vai requerer uma solução creditícia alternativa.

c) Apoio ao desenvolvimento local

O programa de agroecologia da SAF foi encerrado sem ter conseguido vingar como programa integrador de políticas, tal como a pesquisa da AS-PTA antes mencionada constatou. O Fórum de Agroecologia foi transformado em Comitê permanente do Condraf e definiu dois temas de análise prioritária em sua reunião inaugural: a política de ATER e o Pronaf. Formaram-se duas comissões para tratar destes temas preparando uma segunda reunião do Comitê sendo que a AS-PTA coordena a de crédito. No entanto, tanto as comissões como a própria plenária do Comitê não conseguiram cumprir suas agendas e tiveram suas reuniões adiadas para o ano próximo.

Este fato mostra o grau de desestruturação das entidades da sociedade civil e movimentos sociais da agricultura familiar no campo da agroecologia (mas também para outros temas). Estamos diante de uma situação de crise deste setor cujos efeitos podem ser fatais para uma política de desenvolvimento agroecológico já no curto prazo.

Paralelamente à criação do comitê de agroecologia constata-se a atividade do comitê de ATER do Condraf (que tem forte influência de entidades pró agroecologia assim como do próprio DATER/SAF/MDA que também segue esta orientação). O DATER tem sido o maior financiador de atividades agroecológicas no país, tendo gasto cerca de 40 milhões de reais nestas atividades no ano de 2006, financiando projetos de cerca de 60 entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais enquanto os projetos convencionais de ATER receberam perto de 60 milhões, dirigidos, sobretudo para as Emater. Estes projetos foram orientados por editais que facilitaram o pagamento de atividades dos beneficiários de forma bastante abrangente, adotando um conceito de ATER suficientemente amplo para incorporar desde atividades propriamente ditas de ATER, pesquisa participativa, capacitação e experimentação. Ficaram de fora destes editais os recursos de crédito e de financiamento de infra-estruturas, vinculados aos programas do Pronaf (SAF) e de desenvolvimento territorial (SDT).

Para 2007 o DATER obteve 400 milhões de reais do orçamento federal, mas não está conseguindo gastá-los devido à já mencionada crise do setor não governamental. O DATER criou uma frente parlamentar de ATER no congresso e está discutindo um projeto de lei criando um Fundo de Financiamento de ATER de caráter permanente com características bastante semelhantes à proposta da AS-PTA de criação de um fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, esta iniciativa está sendo encaminhada sem a participação das entidades da sociedade civil.

d) Programa nacional de sementes crioulas

Como explicado no relatório anterior, a SAF/MDA lançou um programa de sementes para a região nordeste que formalmente estaria centrado na distribuição de sementes crioulas, mas que acabou operando como um programa

convencional de distribuição de sementes de milho e de feijão da Embrapa. Os resultados deste programa, fortemente criticados por entidades da ANA participantes do GT Biodiversidade confirmaram estas críticas. A SAF não tem a mesma percepção e criou-se uma forte tensão entre estas partes já que o governo pretende reproduzir o programa em 2008. O PPP realizou uma pesquisa na área de atuação da AS-PTA na Paraíba que embasou nossas críticas. Apesar disso, o diálogo com a SAF em torno a esse assunto não evoluiu significativamente até o final de 2007.

e) O marco legal para o terceiro setor

Se, por um lado, nunca se mobilizou tantos recursos públicos para a promoção do desenvolvimento agroecológico, por outro, nunca as organizações financiadas vivenciaram uma situação tão crítica. Essa contradição se deve à forma em que os recursos são repassados e às exigências burocráticas para a gestão dos mesmos.

Os recursos do governo não permitem financiar a contratação de pessoal permanente das ONGs, a realização de investimentos como carros ou infra-estruturas. Além disso, são exigidas contrapartidas em dinheiro a serem depositadas em uma conta controlada pelo governo que inviabilizam os projetos da maioria das entidades na medida em que ficam os recursos institucionais passam a ser submetidos aos processos de licitação, inclusive no formato de pregões eletrônicos que só são realizados mediante altos desembolsos financeiros não cobertos pelos projetos.

A discussão do marco legal do terceiro setor se dando em um contexto político negativo já que a CPI das ONGs proposta pela oposição à direita do governo federal busca criminalizar as ONGs alegando que suas dificuldades de gestão configuram-se em desvios de finalidade intencionais. As propostas de criação do marco legal do terceiro setor vêm sendo influenciadas por este quadro negativo. Com o passar do tempo, esse cenário vai inviabilizando o acesso e gestão de recursos públicos para as ONGs. Muitas entidades estão ameaçadas de falência e quase todas estão evitando captar recursos públicos. Esse fato ocorre no exato momento em que se verifica perda significativa de poder aquisitivo das moedas estrangeiras, afetando decididamente as finanças das entidades apoiadas por agências internacionais.

Em duas ocasiões o governo tomou decisões cruciais sobre o marco legal de repasses de recursos da área federal para as administrações estaduais e municipais assim como para a sociedade civil. Em ambos os casos a comissão do governo, composta de advogados do Ministério do Planejamento, da Fazenda e da Advocacia Geral da União, elaborou os textos legais sem consulta à sociedade civil e com uma consulta apenas *pro forma* aos operadores de projetos dos vários ministérios. No primeiro caso esta atitude resultou na publicação inopinada do Decreto número 167, cujo teor cria imensas dificuldades para a operação dos recursos do governo. No segundo caso, as entidades da sociedade civil tinham feito alguns protestos com os procedimentos da edição do decreto do marco regulatório e a comissão do governo fez uma consulta sobre os termos da Portaria de regulamentação do decreto. Isto se deu entre Natal e Ano Novo de

2007 e o prazo de manifestação era de dois dias. Ficou claro que a “consulta” não era para valer e várias entidades da sociedade civil se reuniram em Brasília para pressionar contra a edição da portaria. Entre elas estavam a Cáritas, a Pastoral da Criança, a CNBB, a CUT, a UNE, o MST, a FETRAF, a ASA e a ANA, representada pela AS-PTA. As gestões destas entidades levaram o governo a adiar a edição da Portaria para o mês de Julho de 2008 para dar tempo de elaboração e discussão das contribuições da sociedade civil.

f) Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

No segundo semestre de 2007 várias entidades membro do Condraf se mobilizaram para preparar a 1ª CNDRS, a ser realizada em Junho de 2008. A AS-PTA participou da subcomissão de elaboração do texto base da conferência e preparou uma proposta de estrutura contendo os seguintes temas: definição do conceito de sustentabilidade, avaliação dos diferentes modelos de produção agrícola no Brasil a partir da definição de sustentabilidade, avaliação das políticas de promoção do desenvolvimento agrícola e agrário do ponto de vista da sua sustentabilidade, propostas de estratégia para a promoção de um desenvolvimento agrícola sustentável, propostas de políticas para apoiar a transição para um desenvolvimento agrícola sustentável.

Esta estrutura e as premissas que a embasam foram discutidas na Comissão Coordenadora da Conferência e aprovadas por unanimidade. Como ela implicava em produzir um documento muito crítico em relação ao agronegócio e às políticas do governo foi feita uma consulta tanto ao Secretário do Condraf como ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o acordo dos mesmos com esta postura mais dura em relação, em particular, o Ministério da Agricultura. Houve acordo das autoridades sobre a necessidade de se marcar uma posição mais nítida sobre as questões do modelo de desenvolvimento e da sustentabilidade.

A AS-PTA elaborou um capítulo do documento base mas o texto final construído pela secretaria do Condraf ficou muito aquém das expectativas e foi rejeitado pela Comissão Coordenadora da Conferência. Vendo as dificuldades da comissão de redação de produzir um texto adequado dentro da orientação proposta, a AS-PTA apresentou uma proposta de documento base completa mas a mesma foi utilizada pela secretaria do Condraf apenas em pequenos trechos. De fato a comissão de redação do texto base nunca conseguiu se reunir e a redação ficou por conta da secretaria que usou como melhor achou as contribuições de cada membro.

Mesmo este texto bastante tímido foi questionado pelas autoridades do ministério como demasiado polêmico e rejeitado em plenária do Condraf para dar lugar a um texto final da fase de preparação que foi obra quase exclusiva dos próprios membros do governo. Ficou claro que o Condraf tornou-se um Conselho subordinado aos interesses e à política do governo e que o MDA, em algum momento mais agressivo, tinha se sujeitado à política dominante a favor do agronegócio.

Neste contexto a AS-PTA retirou-se da comissão elaboradora do documento base da conferência e declarou sua intenção de distribuir o documento que havia preparado como uma contribuição ao debate da conferência.

g) Apoio à institucionalização do enfoque agroecológico na Embrapa

Após quase dois anos de formulações entremeadas com consultas internas e externas à Embrapa, a Embrapa lançou, em novembro de 2006, o documento “Marco Referencial em Agroecologia na Embrapa”. O documento sedimenta os esforços de cerca de 400 pesquisadores que participaram direta ou indiretamente da produção. Pela sua contribuição no processo, em particular por sugerir o seu método e por aportar conteúdos de caráter político-metodológico, a AS-PTA foi convidada a prefaciar o documento que, desde então vem orientando conceitual e metodologicamente as políticas da empresa nesse campo.

Dentre os encaminhamentos já concretizados destaca-se a implantação de uma rede de pesquisa interna à Embrapa orientada à investigação de temas relacionados à transição agroecológica. Essa rede está sendo constituída com a participação de várias organizações da sociedade civil de todas as regiões do país, e cria as condições necessárias para tirar os grupos de pesquisadores em agroecologia do isolamento mútuo que se encontravam até o momento.

Em junho de 2007, em evento organizado na sede da Embrapa, representantes do GT-CCA da ANA, polarizados pela AS-PTA, participaram de debates com representantes de unidades da empresa responsáveis pela elaboração do projeto em rede. O projeto foi elaborado e submetido ao Macro Programa 1 (Projetos Estratégicos). A proposta contempla múltiplas parcerias de ONGs e redes regionais vinculadas à ANA, inclusive ações orientadas para o fortalecimento do sistema Agroecologia em Rede. Até o momento de elaboração desse relatório ainda não se tem notícias do resultado de sua avaliação pelo departamento responsável pelos julgamentos das propostas.

V. Centro de Informação

O recrudescimento da crise financeira da AS-PTA em 2007 repercutiu diretamente nas atividades de produção e divulgação de informações sobre agroecologia desenvolvidas pela entidade, em particular no seu Centro de Documentação (CD). Contrariando o planejamento feito para o triênio 2005-2007, a crise inviabilizou a proposta de modernização tecnológica do serviço de consultas ao CD, em especial a disponibilização das referências bibliográficas do seu acervo pela internet. Por outro lado, foi possível no triênio a manutenção de dois novos projetos institucionais no campo da informação: a revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* e o sistema *Agroecologia em Rede*. Em 2007 a AS-PTA deu sequência a esses dois projetos e redesenhou sua página eletrônica institucional.

Revista Agriculturas

Foram publicadas quatro edições da revista segundo os temas e cronograma apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Tema, mês de publicação e numeração das revistas

Tema da revista	Mês de publicação	Numeração
Indo além da substituição de insumos	Março	V. 4, N. 1
Organização de agricultores/as promovendo desenvolvimento local	Julho	V. 4, N. 2
Sementes da Biodiversidade	Outubro	V. 4, N. 3
Saúde pela natureza	Dezembro	V. 4, N. 4

Um incremento substancial do número de subscritores da revista foi verificado no ano. Novas subscrições foram estimuladas durante as atividades ligadas aos eventos promovidos por organizações do campo agroecológico nos quais a entidade esteve presente. Um grande número de subscrições passou a ser recebido diretamente por meio da página eletrônica da revista.

O aumento de registros na base de subscritores foi de 46,5% (de 2.202 para 3.228). Do total de subscrições no final do ano, 73% (2.356) eram individuais, sendo 37% (864) de mulheres e 63% (1.492) de homens (mantendo a mesma proporção segundo o balanço por gênero verificada no final de 2006). As demais subscrições eram institucionais. Para detalhes da composição da base de subscritores veja quadro 2.

Quadro 02 – Subscrições da Revista Agriculturas

	Brazil	Others countries in Latin America	Others countries
Subscrição Individual			
Distribuição por gênero			
Homens	1492		
Mulheres	864		
Total	2356	24	26
Subscrição institucional			
Instituição governamental	152		
Universidade, Instituto de Pesquisa e Escola Técnica	97		
ONG	249		
Organização de base	317		
Não indicado/outros	145		
Total	960	3	4

A revista vem sendo distribuída em todas as macrorregiões brasileiras, embora em menor proporção para as regiões Norte e Centro-oeste (quadro 03).

Quadro 03 – Quadro de subscrições brasileiras por macrorregiões

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Total de Subscrições individuais	275	1.016	336	889	630

A página eletrônica da revista desempenhou importante papel ao facilitar o acesso dos subscritores e outros interessados eventuais aos artigos e informações sistematizadas e divulgadas por meio das edições impressas. Vincula também os sites da edição global e das demais edições regionais que igualmente disponibilizam a coleção completa de suas edições.

Durante o ano verificou-se um aumento contínuo do número de visitantes únicos ao site. No mês de abril de 2007 foram registradas 3.647 visitas únicas à página e em dezembro já se contabilizava o número de 5.253 visitantes únicos.

Apesar de bastante funcional, o site permaneceu em constante desenvolvimento e aprimoramento durante o ano. Um conjunto de mudanças relativas às atividades de alimentação do sistema bem como de consultas externas foi implementada. A automação das subscrições, por exemplo, foi um passo fundamental para facilitar a subscrição da revista.

No primeiro semestre, foi realizada uma pesquisa de opinião junto aos subscritores da revista com o objetivo de averiguar os resultados do projeto editorial. Para tanto, foi elaborado e distribuído um questionário com perguntas objetivas a respeito de vários aspectos relacionados às percepções dos leitores quanto à qualidade e à utilidade da publicação. Do universo de subscritores da revista, obtivemos 292 respostas, o que correspondia, em julho de 2007, a mais de 11% do total de cadastros em nossa mala direta, número considerado bom para esse tipo de estudo.

De forma geral a revista foi avaliada de forma bastante positiva. Embora sua distribuição abarque um amplo leque de inserções profissionais no mundo rural (agricultores, técnicos extensionistas, pesquisadores, professores, estudantes, agricultores etc.) foi possível perceber a contribuição especial que a publicação vem dando para subsidiar trabalhos de extensão rural e de formação profissional de novos técnicos.

Outro aspecto que a pesquisa ajudou a realçar foi o fato de que a revista vem sendo lida na íntegra e de forma regular por um grupo significativo de subscritores, sobretudo técnicos. Uma parcela de 19% dos subscritores que responderam ao questionário já tomou a iniciativa de contatar autores de artigos publicados com vistas a solicitar complementação de informações, agendar visitas, solicitar sementes e mudas ou para convidar para palestras e seminários.

Agroecologia em Rede

As atividades de cadastramento no Agroecologia em Rede (www.agroecologiaemrede.org.br) foram mantidas durante o ano. No final de 2007, o banco de dados contava com 312 cadastros de experiências, 432 cadastros de pesquisas e 1.399 contatos de pessoas e 363 de instituições. O ritmo de alimentação das bases de dados foi aquém do potencial e isso se deveu à impossibilidade de manutenção de estagiário específico para a atividade.

Verificou-se uma curva crescente do número de usuários do sistema durante o ano. Nos primeiros meses de 2007, por volta de 1000 pessoas visitaram o site mensalmente. No mês de novembro foram registrados mais de 2.068 visitantes únicos. Em relação a 2006, registrou-se um incremento de 114% do número de visitantes únicos ao sistema.

A Revista Agriculturas inaugurou em janeiro uma seção permanente dedicada ao sistema Agroecologia em Rede, por meio da qual é reproduzida uma experiência já cadastrada no banco de dados relacionada ao tema da edição. Atribui-se parte do aumento do número de usuários do banco de dados à divulgação nas experiências na Revista Agriculturas.

Embora a AS-PTA tenha se empenhado nos anos anteriores a tornar o Agroecologia em Rede um instrumento de comunicação mais ativo nas redes regionais e movimentos sociais vinculados à ANA, o maior número de experiências cadastradas continua vindo do Nordeste, onde o sistema foi concebido e desenvolvido. A vinculação construída com o programa P1+2 da ASA-Brasil (ver capítulo relacionado ao programa de desenvolvimento metodológico) certamente é um dos fatores que tem permitido a contínua alimentação do banco de experiências sistematizadas em processos participativos no âmbito das redes locais/estaduais articuladas à ASA.

Página eletrônica da AS-PTA

A página eletrônica institucional da AS-PTA foi inteiramente remodelada de forma a permitir maior facilidade de consulta pelos usuários externos e maior autonomia de alimentação por parte dos programas. Novos ajustes ainda serão necessários em 2008.

Anexo

Registros fotográficos

Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba

Distribuição de mudas – Gruta Santa Tereza



Atividade de educação ambiental com crianças – Campanha de valorização da agricultura familiar



Encontro sobre sanidade animal – Sítio Palma



Feira local de intercâmbio e de sementes



Oficina de monitoramento econômico e gênero



IV Festa da Semente da Paixão



Silagem – garantindo a alimentação animal no período seco



Visita de intercâmbio – Produção alimentar e plantas medicinais,
município de Solânea



Preparo dos produtos para a feira agroecológica – Lagoa Seca



Programa de Desenvolvimento Local do Centro Sul do Paraná

Avaliação da qualidade do solo pelo processo de trincheira



Avaliação do ensaio de batata crioula – São Mateus do Sul



Dia de campo com estudantes filhos de agricultores –
Colégio Agrícola de Palmeira



Dia de campo de adubação verde de inverno em Cruz Machado



Feira regional de sementes – Lapa



Intercâmbio de agricultoras da região



Intercâmbio de agricultores em agroindústria



Visita de intercâmbio – Palmeira



Quintais com uso de pó de basalto



Seminário de Agrobiodiversidade



Viveiro de mudas de erva-mate



Projeto de Agricultura Urbana

Encontro da Rede Fitovida – Grupo de Trabalho



II Encontro da agricultura e saúde na cidade



Visita de intercâmbio em quintais

